

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Departamento de Ciências Políticas

**TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS NO ÂMBITO DA
PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA:**

Desafios metodológicos do acompanhamento familiar

Mariana Piedade Correia

Belo Horizonte – MG

2016

Mariana Piedade Correia

TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS NO ÂMBITO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA:

Desafios metodológicos do acompanhamento familiar

Monografia apresentada a Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas /
Departamento de Ciências Políticas da
Universidade Federal de Minas Gerais, como
requisito parcial para a obtenção do título de
Especialista em Políticas Públicas.

Orientadora: Professora Dr^a Natália
Guimarães Duarte Sátyro

Belo Horizonte/2016

Folha de Avaliação

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Departamento de Ciências Políticas

MARIANA PIEDADE CORREIA

Orientadora: Prof^a Dr^a Natália Guimarães Duarte Sátyro

Aprovada em ____ de _____ de ____

Pela Banca Examinadora:

Prof^a Dr^a Natália Guimarães Duarte Sátyro

Prof^a Dr^a Geralda Miranda

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus pela fé e esperança acrescentadas a mim todos os dias; aos amigos e familiares pelo apoio de sempre em minhas escolhas; a Equipe de Proteção Social Básica Regional – Centro Sul e Gerência de Atendimento Social – Centro Sul por fazerem parte desta pesquisa, e aos Professores do Curso de Especialização em Políticas Públicas da UFMG, especialmente a Professora Dr^a Natalia Sátyro.

Sumário

Introdução	5
CAPÍTULO 1. Assistência Social: Caminhos e Trajetória Política	10
1.1.2. A constituição de um novo modelo de proteção social e a institucionalização da Política de Assistência Social	13
1.2. A Política de Assistência Social no Município de Belo Horizonte	19
Capítulo 2 – Trabalho Social com Famílias na Política de Assistência Social em Nível de Proteção Social Básica.....	27
2.2.1. Equipe de Proteção Social Básica Regional Organização e Dinâmica do trabalho	36
2.2 - Acompanhamento familiar e Trabalho Social com Famílias – Um estudo empírico da Equipe de Proteção Social Básica Regional Centro Sul	40
Considerações Finais.....	59
Referências Bibliográficas	62
Anexo.....	66

Introdução

Esta monografia tem como objetivo analisar os principais desafios na execução do acompanhamento familiar do Trabalho Social com Famílias (TSF) que é desenvolvido no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), através da experiência da Equipe de Proteção Social Básica Regional (EPSBR) do Município de Belo Horizonte. Teve como campo de pesquisa a EPSBR da Regional Centro Sul do referido município.

O Trabalho Social com Famílias consiste em um conjunto de procedimentos que tem por finalidade a garantia da proteção social às famílias e aos indivíduos, e de materializar ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. No âmbito do SUAS, o Trabalho Social com Famílias preconiza uma alternativa de construir um outro paradigma de intervenção nos serviços socioassistenciais propondo ações mais organizadas, planejadas, monitoradas e avaliadas, além de representar estratégias voltadas para a construção de práticas socioeducativas que possibilitem a autonomia e protagonismo das famílias.

A Política de Assistência Social avançou muito nas últimas décadas tanto do ponto de vista de sua regulamentação quanto na estruturação dos Serviços Socioassistenciais. Historicamente, o campo da assistência social foi marcado por práticas de caridade, clientelistas, filantrópicas e de solidariedade religiosa. Entretanto é através da Constituição Federal de 1988 e da Lei Orgânica de Assistência social (LOAS), promulgada em 1993 que a assistência social é reconhecida enquanto Política Pública.

A Constituição Federal de 1988 traz uma nova concepção para a assistência social brasileira, sob o princípio da universalidade do acesso aos direitos sociais. Enquanto a LOAS, por sua vez, significou a reafirmação da assistência social com uma dimensão do direito social, indicou princípios de universalidade, dignidade e autonomia para os sujeitos, além de apontar para a efetivação da assistência social enquanto Política Pública.

A IV Conferência Nacional da Assistência Social em 2003 deliberou pela implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) aprovado pelo

Conselho Nacional de Assistência Social em julho de 2005 através da Norma Operacional Básica/SUAS como um modelo de gestão para todo o território nacional. O SUAS é um sistema descentralizado, participativo e não contributivo que organiza e regula as responsabilidades de cada esfera de governo e da sociedade civil em relação à Política de Assistência Social. É um modelo de gestão para operacionalização das ações da assistência social e materializa o conteúdo da LOAS, sobre essa lógica organiza os serviços socioassistenciais a partir dos referenciais de vigilância social, proteção social e defesa social e institucional.

Esses foram alguns dos passos mais importantes que a Política de Assistência Social percorreu ao longo dessas últimas décadas, e a partir destes buscou-se o fortalecimento enquanto Política Pública e a garantia de ações contínuas e com maior organização e planejamento.

Ressalta-se que a assistência social organiza-se por níveis de proteções, sendo Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de média e alta complexidade que são ofertadas através da rede de serviços socioassistenciais de acordo com o nível de Proteção. A Proteção Social Básica visa à prevenção das situações de vulnerabilidade e risco social, enquanto a Proteção Social Especial tem por foco a contribuição da reconstrução dos vínculos familiares e comunitários, ocasionados por situação de violação de direitos/em decorrência de violação de direitos. E serão executados, respectivamente, nos equipamentos denominados Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

Os CRAS são localizados em áreas com alto índice de vulnerabilidades e risco social e de base territorial. Em Belo Horizonte esses equipamentos não fazem a cobertura total do município. Com a finalidade de garantir a Proteção Social Básica em todo o município, em setembro de 2013, são constituídas as Equipes De Proteção Social Básica Regional nas nove regionais para atender os territórios não abrangidos pelos CRAS. Conforme previsto no Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda no Âmbito do Sistema Único de Assistência Social, Resolução CIT nº 7, de 10 de setembro de 2009, nos territórios que não são abrangidos pelos CRAS o

atendimento as famílias será de responsabilidade das equipes técnicas da Proteção Social Básica.

Essas Equipes Técnicas da Proteção Social Básica possuem caráter precursor, estratégico e transitório até a universalização dos equipamentos CRAS nas áreas de maior vulnerabilidade social. E tem por objetivo contribuir para o enfrentamento das situações de vulnerabilidade social, prevenindo riscos, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários, identificando e estimulando as potencialidades das famílias e dos territórios.

Este trabalho direciona-se a estudar o Trabalho Social com Famílias que é desenvolvido na Proteção Social Básica e tomou por ponto de partida o conceito que é apresentado nas diretrizes nacionais de orientação técnica do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), como também o que está previsto na legislação e nos documentos oficiais. A escolha na utilização deste referencial teórico dá-se também pela parca bibliografia sobre o tema. A definição que é apresentada nos documentos oficiais sobre o Trabalho Social com Famílias trata-se de um:

Conjunto de procedimentos efetuados a partir de pressupostos éticos, conhecimento teórico-metodológico e técnico-operativo, com a finalidade de contribuir para a convivência, reconhecimento de direitos e possibilidades de intervenção na vida social de um conjunto de pessoas, unidas por laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade – que se constitui em um espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, com o objetivo de proteger seus direitos (MDS , 2012, p. 12).

O desenvolvimento do Trabalho Social com Famílias nas orientações técnicas do PAIF as famílias podem ser inseridas por processos distintos de etapas ou modalidades, sendo o atendimento e o acompanhamento.

O acompanhamento compreende-se um conjunto de intervenções desenvolvidas de forma continuada e requer o estabelecimento de compromissos entre as famílias e os técnicos, buscando ações para o enfrentamento de situações de vulnerabilidade social, prevenção de riscos e vulnerabilidades sociais e violação de direitos, identificar e estimular as potencialidades das famílias, apoiar a sua função protetiva, promover o acesso a seus direitos civis, políticos e sociais, bem como contribuir para a capacidade

de vocalização das demandas e necessidades para o projeto de vida de indivíduos e famílias. De acordo com o MDS:

[...] o princípio fundamental que deve nortear o acompanhamento familiar é o reconhecimento de que as famílias são protagonistas de suas histórias, mas que sofrem os impactos da realidade socioeconômica e cultural nas quais estão inseridas, em especial as expressões da questão social que se manifestam no território (Brasil, 2012, p. 67).

O trabalho aqui desenvolvido está estruturado em duas partes. Na primeira buscou-se fazer uma breve apresentação da construção histórica da assistência social até a atual conjuntura, trazendo elementos importantes como a estruturação e organização dos serviços, tanto a nível nacional quanto o municipal.

A segunda parte trata-se da pesquisa em torno da etapa acompanhamento familiar do Trabalho Social com Famílias que é desenvolvido pela Equipe Regional Centro Sul de Proteção Social Básica. A escolha por este tema surge a partir de algumas inquietações e reflexões em torno do acompanhamento familiar.

A proposta metodológica deste estudo inicia-se fundamentalmente pelo levantamento bibliográfico com intuito de abordar as principais contribuições teóricas relacionadas aos aspectos envolvidos na temática. A pretensão da pesquisa é a utilização de uma abordagem qualitativa por tratar-se de um universo de significados, valores e atitudes entendidos como parte da realidade social. Desta forma, será realizado um trabalho de campo que se constituirá como sendo uma etapa essencial da pesquisa qualitativa, que a rigor não poderia ser pensado sem ele. Este método permite uma maior aproximação com o objeto a ser pesquisado e estabelece uma “interação com os autores que conformam a realidade e, assim constrói um conhecimento empírico importantíssimo para quem faz a pesquisa social” (MINAYO, 2007, p. 61).

Na entrada em campo de pesquisa será utilizada como instrumento técnico entrevista em profundidade que será realizado com os técnicos da

Equipe de Proteção Básica no intuito de revelar as percepções e interpretações destes sobre a metodologia do acompanhamento familiar.¹

Após concluir a fase do trabalho de campo e da coleta de dados, a próxima etapa da pesquisa se dará através da análise e interpretação dos mesmos. De acordo com Gil:

A análise tem como objetivo organizar e sumariar dados de tal forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para a investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriores obtidos (GIL, 1999, p. 168).

A análise de dados é processo de formação dos sentidos além dos dados, e esta formação se dá consolidando, limitando e interpretando o que as pessoas relataram. A interpretação dos dados refere-se à relação entre os dados empíricos e a teoria. A técnica a ser utilizada para analisar e interpretar os dados será a análise de conteúdo. A análise de conteúdo pode ser definida:

Um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos as condições de produção/recepção destas mensagens (BARDIN, 1979, p.42)

Os fundamentos da análise de conteúdo são de suma importância para entender os tipos de múltiplas interpretações que uma mensagem possibilita além de possibilitar um entendimento do objeto estudado. Portanto, o uso desta técnica possibilitará interpretar as concepções dos entrevistados em relação ao objeto de pesquisa.

Cabe ressaltar, que a utilização de todas as técnicas mencionadas servirá de base para confirmar e validar as informações dadas pelos envolvidos, aumentando assim o grau de confiabilidade da pesquisa.

¹ Ressalta-se que o roteiro da entrevista foi inicialmente construído no grupo de pesquisa coordenado pela professora Natalia Guimaraes Duarte Sátyro juntamente com as alunas Isabella Dias do Mestrado e Danubia Godinho Zanetti do Doutorado.

CAPÍTULO 1. Assistência Social: Caminhos e Trajetória Política

O caminho que a Política de Assistência Social no Brasil percorreu apresenta diversas fragilidades com ações fragmentadas e descontinuas. Destacar essa trajetória histórica faz-se necessário para conseguirmos compreender os limites e possibilidades desta política na atual conjuntura, pois entendemos que todo processo político está estreitamente relacionado a um conjunto de determinantes econômicos, sociais e culturais, que se relacionam e se interagem entre si.

A assistência social até a sua inserção enquanto política pública teve um percurso longo. Em 1930 registra-se o período de desenvolvimento e gênese das políticas sociais caracterizado por Draibe (1990) como os anos de introdução da política social no Brasil.

Carvalho (2002) identifica esse mesmo período, Governo Vargas, como um importante movimento de transformações e que indicou uma “aceleração das mudanças sociais e políticas, a história começou a andar mais rápido” (Carvalho, 2002, 81), e conforme indica Couto (2010) “centrou-se na tentativa de organizar as relações entre capital e trabalho” (Couto, 2010, p. 95).

A conjuntura política da época configurou como um período de regulamentação das relações do trabalho no país e que representaram mudanças significativas para o campo dos direitos sociais, apesar de imprimir para a política social no Brasil o perfil de controle das classes trabalhadoras, inclusive “utilizando como recurso a legislação social fortemente centrada no controle estatal” (Couto, 2010, p. 102). Para Couto (2010) o perfil das políticas sociais no período de 1930 a 1945 foi marcado por:

traços de autoritarismo e centralização técnico-burocrático, pois emanavam o poder central e sustentavam-se em medidas autoritárias. Também era composto por traços paternalistas, baseava-se na legislação trabalhista ofertada como concessão e numa estrutura burocrática e corporativa, criando um aparato institucional e estimulando o corporativismo na classe trabalhadora (Couto, 2010, pp. 103-104).

Observa-se que política social é processo e resultado de relações complexas e contraditórias da relação que é estabelecida entre Estado e

Sociedade Civil, no âmbito da luta de classes. Nessa perspectiva que é possível verificar a contradição da organização e mobilização das classes trabalhadoras no que tange ao campo da ampliação dos direitos sociais.

O surgimento e desenvolvimento das políticas sociais foi diferenciado entre os países e dependeu da organização e das formas de mobilização e pressão da classe trabalhadora (Behring, 2008). A autora explicita que no Brasil o campo dos direitos sociais também esteve nesta perspectiva e resultou da luta de classes e da correlação de forças, presentes naquele momento, no sentido em que representaram essa contradição que:

resulta da luta de classes e expressa a correlação de forças predominantes. Por um lado, os direitos sociais, sobretudo trabalhistas e previdenciários são a pauta de reivindicações dos movimentos e manifestações da classe trabalhadora. Por outro, representam a busca de legitimidade das classes dominantes em ambiente de restrição de direitos políticos e civis – como demonstra a expansão das políticas sociais no Brasil nos períodos de ditadura (1937-1945 e 1964-1984), que as instituem como tutela e favor (...) nos anos 1930 (Behring, 2008, p. 79).

Em virtude do contexto econômico e de desenvolvimento do processo de industrialização que o governo investe na formulação de legislações no âmbito do trabalho. Diante dessa conjuntura que em 1930 é criado o Ministério do Trabalho, Ministério da Educação e Saúde Pública, Conselho Nacional de Educação e o Conselho Consultivo do Ensino Comercial.

A Legião Brasileira de Assistência (LBA) é considerada a primeira grande instituição nacional de assistência social surge a partir do engajamento do país na segunda guerra mundial e imprimir um papel importante na “mobilização da opinião pública para apoio ao esforço de guerra, promovido pelo governo” (Iamamoto, 2008, pp. 251). O objetivo da instituição, conforme aponta a autora será de “prover as necessidades das famílias cujos hajam sido mobilizados, e, ainda, prestar decidido concurso ao governo em tudo que se relaciona ao esforço de guerra” (Iamamoto, 2008, pp. 250-251). Através do Decreto-Lei nº 4830, de 15 de outubro de 1942, reconhece-se a LBA como órgão de colaboração do Estado, tendo por finalidade prestar serviços de assistência social para as famílias dos convocados Iamamoto (2008). Com o término da guerra a LBA:

se volta para a Assistência à maternidade e à infância e já nesse momento se inicia a política de convênios com as "beneméritas" instituições sociais, e, que está na raiz da relação simbiótica que a emergente Assistência Social brasileira vai estabelecer com a Filantropia e com a benemerência (Yasbeck, 2015, p. 12).

Apesar da LBA ter sido considerada uma das principais instituições no âmbito da assistência social outras ações e programas também são identificados na área, como o Conselho Nacional de Serviço Social criado através do Decreto-lei nº 525, de 1º de julho de 1938, visto como a primeira medida legal no campo da assistência. O decreto foi criado junto ao Ministério da Educação e Saúde tendo como função estudar o problema do Serviço Social, e para funcionar como órgão consultivo do governo e das entidades privadas (Brasil, 1938).

Iamamoto (2008) explicita que, na prática, o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) foi desenvolvido pela LBA e os seus efeitos na realidade foram muito restritos como também não chegou a ser um organismo atuante e ainda,

Caracterizou-se mais pela manipulação de verbas e subvenções, como mecanismo de clientelismo político. Sua importância se revela apenas como marco de preocupação do Estado em relação à centralização e organização das obras assistenciais públicas e privadas (Iamamoto, 2008, p. 250).

A assistência social no Brasil acompanha o movimento histórico, político e econômico do país e revela a concepção do padrão de intervenção do Estado às demandas que são gestadas na órbita da relação de produção e expansão do capitalismo. Nessa perspectiva a intervenção do Estado desenha a história e trajetória da assistência com traços do clientelismo, assistencialismo, ações de caráter compensatórias, fragmentadas e residuais.

O período compreendido entre 1930 a 1988 para a assistência social destaca-se pela predominância do setor privado na oferta de serviços e a intervenção do estado volta-se para o apoio a entidades e organizações privadas (Jacoud, 2009).

Como é possível observar, entender as transformações vivenciadas por esta área da política é ao mesmo tempo compreender as configurações sociopolíticas da conjuntura de cada período. Portanto, seja importante compreender o processo histórico e o contexto da assistência não nos cabe aqui neste trabalho, diante dos limites que a ele se impõe, realizar uma análise mais profunda da assistência social anterior a Constituição Federal de 1988, mas apenas apresentar elementos que possibilitem ao leitor conhecer algumas determinações que deixaram marcas na trajetória desta política e de sua contraditória relação com o Estado.

1.1.2. A constituição de um novo modelo de proteção social e a institucionalização da Política de Assistência Social

O atual modelo de proteção social no Brasil está previsto na Constituição Federal de 1988 sob a lógica da Seguridade Social que compõem três políticas, a saber, a Assistência Social, Previdência e Saúde. A definição de Proteção Social compreendida por Jaccoud (2009) é um “conjunto de iniciativas públicas ou estatalmente reguladas para a provisão de serviços e benefícios sociais visando a enfrentar situações de risco social ou de privações sociais” (Jaccoud, 2009:58), ou ainda, podem ser entendidas como “formas institucionalizadas que as sociedades constituem para proteger parte ou conjunto de seus membros” (Di Giovanni 1998, p. 10, In: Yazbek, 2015, p. 1).

No Brasil o atual modelo de proteção social, instituído a partir da Constituição Federal de 1988, estabeleceu a seguridade social como um conjunto integrado de ações do Estado e da sociedade, destinado a garantir as políticas sociais de saúde, previdência e assistência. A Seguridade Social conjugou os princípios do modelo alemão bismarckiano e do modelo beveridgiano inglês, estando assim entre a lógica do seguro e da assistência, neste sentido caracterizou-se “como um sistema híbrido, que conjuga direitos derivados e dependentes do trabalho (previdência) com direitos de caráter universal (saúde) e direitos seletivos (assistência)” (Mota, 2010, p. 1).

O texto constitucional representou uma inovação de âmbito conceitual e institucional no sentido que imprimiu pela primeira vez a lógica de ampliação

dos direitos e afirmação da responsabilidade do Estado na cobertura das necessidades sociais da população e no acesso a esses direitos na condição de cidadão, e estabeleceu bases de organização de um novo modelo de gestão descentralizado e participativo. E para a assistência social a inserção na seguridade social revela um novo olhar do Estado para essa política.

A Assistência Social foi à política que mais sofreu demoras para se regulamentar, sendo a última da área da Seguridade social, a Saúde em 1990 (Lei Orgânica da Saúde nº 8.080 de 19 de setembro de 1990), a Previdência Social em 1991 (Leis da seguridade social, que institui os planos de custeio e benefícios aprovado em julho de 1991, Leis nº 8.212 de 24 de julho de 1991 e nº 8.213 de 24 de julho de 1991), a Assistência Social em 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social nº 8.743 de 7 de dezembro de 1993).

A primeira redação da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS ainda no período do governo de Fernando Collor, que veta a sua regulamentação e é apenas em 1993, no governo Itamar Franco, que é aprovada. A LOAS significou a reafirmação da assistência social como política pública com um sistema descentralizado e participativo com definição nas três esferas de governo na área da assistência social direcionando-a para um novo campo, o dos direitos e da universalização dos acessos. Todo esse aparato significou um marco fundamental, principalmente de alteração e tentativa de ruptura com a concepção de tutela e caridade constituída na história dessa política. Jacoud (2009) apresenta algumas críticas, apesar de reconhecer os avanços da Lei, destaca que:

(...) os poucos dados existentes indicam que o campo da prestação de serviços assistenciais pouco se alterou durante a década de 1990, seja em termos de planejamento e estimativas de cobertura, seja em termos de garantia de financiamento. Especialmente em termos municipais, o planejamento da política, a avaliação da demanda existente, o acompanhamento e a avaliação dos serviços ofertados pelas entidades beneficentes, o estabelecimento de padrões de qualidade das ações, entre outros aspectos, pouco avançaram em relação ao período anterior (Jacoud, 2009, p. 188).

Apesar dos avanços no âmbito legal, com a Constituição Federal e a LOAS, a assistência social vivenciou os desafios para se consolidar. O Governo Fernando Henrique Cardoso no ano de 1995 cria através da Medida

Provisória nº 813/95 o Programa Comunidade Solidária (PCS), tendo por objetivo “coordenar ações governamentais visando o atendimento de parcela da população que não dispõe de meios para prover suas necessidades básicas, em especial o combate à fome e à pobreza” (Brasil, 1995).

O PCS representou uma contradição para as expectativas de afirmação da política como direito e responsabilidade do Estado, esse Programa conforme a contribuição de Telles no livro de Behring (2008 a) trata-se de uma “redefinição conservadora dos programas sociais, de perfil seletivo e focalizado, e dissociado das instâncias democráticas de participação” (Behring, 2008a, p. 254). Coordenado pela então primeira-dama, dedicava-se à distribuição de cestas de alimentos, com a institucionalização do programa as diretrizes da LOAS são deixadas de lado, e reforçando assim práticas e ações da LBA e o caráter conservador da assistência.

Diante das críticas que obteve na Conferência Nacional de Assistência Social em 1997 o PCS foi extinto. Mas já anteriormente havendo deliberado a sua extinção na primeira Conferência Nacional da Assistência Social no ano de 1995 por representar “a existência de ‘duplo comando’ em nível federal e dificultavam o controle social por parte dos conselhos” (MDS, 2013, p. 35).

No final da década de 1990 foram estabelecidos alguns esforços no sentido de legitimar e consolidar a gestão da política de assistência social destacam-se nesse período os principais marcos de regulação: em 1997 a Norma Operacional Básica de 1997 – NOB/1997, que conceituou o sistema descentralizado e participativo; em 1998 definido o primeiro texto da Política Nacional de Assistência Social – PNAS/1998; e no mesmo ano, foi editada uma Norma Operacional Básica – NOB/1998² de conformidade com o disposto na Política Nacional de Assistência Social.

Do período compreendido entre 1998 a 2003 observa-se poucos avanços ao que se trata de mudanças institucionais. Entretanto assiste-se a ampliação do programas de garantia de renda, como por exemplo o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e alguns programas de transferência de renda

² A NOB/ 1997, respaldada na LOAS, amplia o âmbito de competência dos governos federal, municipais e estaduais e institui a exigência de Conselho, Fundo e Plano Municipal de Assistência Social para o município receber recursos federais. A NOB/1998, elaborada sob a égide da LOAS e da PNAS/1998, diferencia serviços, programas e projetos; amplia as atribuições dos Conselhos de Assistência Social; e cria os espaços de negociação e pactuação – Comissões Intergestoras Bipartites e Tripartite, que reúnem representações municipais, estaduais e federais de assistência social.

como programas Bolsa Escola, Cartão-Alimentação, Auxílio-Gás e Bolsa Alimentação, sendo que a gestão desses eram realizados por diferentes órgãos (Jacoud, 2009).

O BPC regulamentado em 1993 pela LOAS, por questões de dificuldades orçamentárias e de gestão que a partir de 1996 que ocorre de fato a sua implementação, conforme aponta Jacoud (2009).

Em 2003 com a criação do Programa Bolsa Família (PBF), os programas de garantia de renda que vinham sendo ampliados ao longo da década de 1990 como: o Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação – Bolsa Escola, o Programa Nacional de Acesso à Alimentação (PNAA), o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à saúde – BA, e o programa Auxílio-Gás foram unificados pelo PBF. A IV Conferência Nacional de Assistência Social em 2003 deliberou pela implantação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS como um modelo de gestão para todo território nacional, entretanto será a partir de 2004 com a edição da nova redação da Política Nacional de Assistência Social e da Norma Operacional Básica de 2005 que o SUAS ganha formas e conteúdos.

O SUAS é um sistema descentralizado participativo e organizado por níveis de proteção: **proteção social básica e proteção social especial**. É um modelo de gestão para operacionalização das ações da assistência social em todo o território nacional e materializa o conteúdo da LOAS, sobre essa lógica organiza os serviços socioassistenciais a partir das referências de Vigilância Social, Proteção social e defesa social e institucional.

Em 2011 houve alterações importantes através da Lei 12.435, que incorpora o SUAS na LOAS e com isso deixa-se de ter foco nos segmentos populacionais e se inclinam para a proteção social, a vigilância e a defesa de direitos, no sentido de aproximar-se com o previsto na PNAS/2004.

Nesta tentativa de consolidar e fortalecer o SUAS, que em outubro de 2012 é aprovada a nova NOB/SUAS, que insere em seu texto os novos objetivos da assistência social:

Art. 1º A política de assistência social, que tem por funções a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos, organiza-se sob a forma de sistema público não contributivo, descentralizado e participativo, denominado

Sistema único de Assistência Social – SUAS (Brasil, 2012, p. 13).

Considera-se importante ressaltar os conceitos que a LOAS e a PNAS/2004 apresentam em relação aos Serviços, Programas, Programas, Projetos, sendo:

Serviços

Atividades continuadas, definidas no art. 23 da LOAS, que visam a melhoria da vida da população e cujas ações estejam voltadas para as necessidades básicas da população, observando os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas nesta lei. A Política Nacional de Assistência Social prevê seu ordenamento em rede, de acordo com os níveis de proteção social: básica e especial, de média e alta complexidade.

Programas

Compreendem ações integradas e complementares, tratadas no art. 24 da LOAS, com objetivos, tempo e área de abrangência, definidos para qualificar, incentivar, potencializar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais, não se caracterizando como ações continuadas.

Projetos

Definidos nos arts. 25 e 26 da LOAS, caracterizam-se como investimentos econômico-sociais nos grupos populacionais em situação de pobreza, buscando subsidiar técnica e financeiramente iniciativas que lhes garantam meios e capacidade produtiva e de gestão para a melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão de qualidade de vida, preservação do meio ambiente e organização social, articuladamente com as demais políticas públicas. De acordo com a PNAS/2004, esses projetos integram podendo, contudo, voltar-se ainda às famílias e pessoas em situação de risco, público-alvo da proteção social especial.

Benefícios

Benefício de Prestação Continuada: previsto na LOAS e no Estatuto do Idoso, é provido pelo Governo Federal, consistindo no repasse de 1 (um) salário mínimo mensal ao idoso (com 65 anos ou mais) e à pessoa com deficiência que comprovem não ter meios para suprir sua subsistência ou de tê-la suprida por sua família. Esse benefício compõe o nível de proteção social básica, sendo seu repasse efetuado diretamente ao beneficiário.

Benefícios Eventuais: são previstos no art. 22 da LOAS e visam ao pagamento de auxílio por natalidade ou morte, ou para atender necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária, com prioridade para a criança, a família, o idoso, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e nos casos de calamidade pública (Brasil, 1993).

Os serviços socioassistenciais são organizados, conforme os dispositivos mencionados acima, entendidos como atividades “continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidos nesta Lei” (LOAS, Art. 23). Tem por referência a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, aprovada pela resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, os serviços são organizados por níveis de complexidade e estabelecidos da seguinte forma:

I - Serviços de Proteção Social Básica:

- a) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF;
- b) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
- c) Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos.

II - Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade:

- a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI;
- b) Serviço Especializado em Abordagem Social;
- c) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida - LA, e de Prestação de Serviços à Comunidade - PSC;
- d) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos(as) e suas Famílias;
- e) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

III - Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade:

- a) Serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades:
 - abrigo institucional;
 - Casa-Lar;
 - Casa de Passagem;
 - Residência Inclusiva.
- b) Serviço de Acolhimento em República;
- c) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;
- d) Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências (BRASIL, 2009).

Os serviços de Proteção Social devem ser executados nos equipamentos nos equipamentos denominados Centro de Referência da Assistência Social, enquanto os Serviços da Proteção Especial no CREAS, sendo definidos pelo artigo 6º, respectivamente, como:

§ 1º O **Cras** é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias.

§ 2º O **Creas** é a unidade pública de abrangência e gestão municipal, estadual ou regional, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial (BRASIL, 1993).

A finalidade em apresentar essas definições trata-se da importância de entender e visualizar como está disposto nas normas e legislações federais a estrutura da Política para então traçar a Política de Assistência em âmbito municipal, que neste trabalho trata-se do município de Belo Horizonte.

1.2. A Política de Assistência Social no Município de Belo Horizonte

A tentativa de refazer o movimento da assistência social no Brasil tem a intenção de nos aproximar com a história do município de Belo Horizonte, entendendo os seus principais movimentos em torno da consolidação da política. O objetivo deste item é apresentar a organização e estrutura da Política de Assistência no Município de Belo Horizonte e da rede de serviços socioassistenciais (serviços, programas, projetos e benefícios).

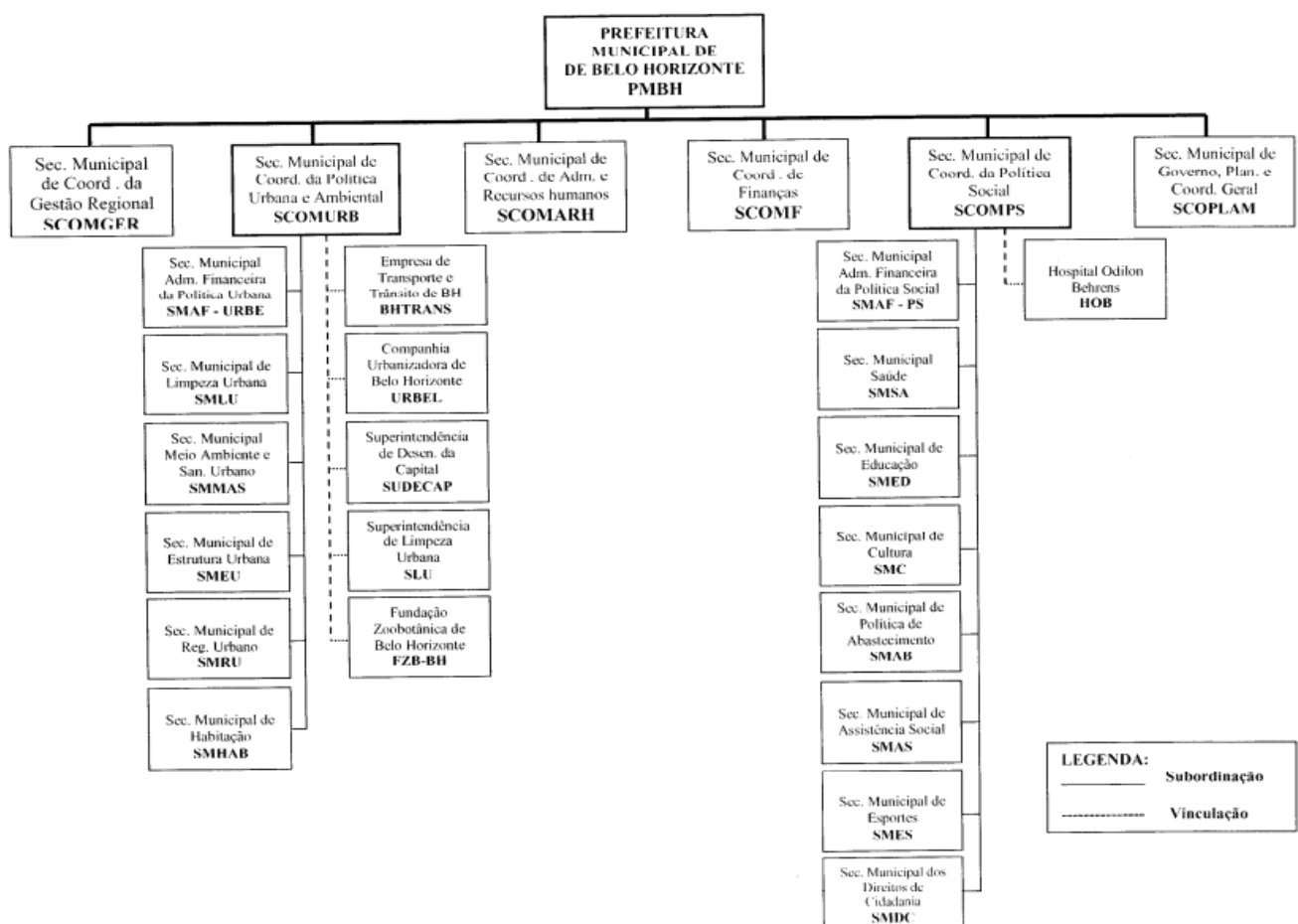
O desenho e a implantação da Política de Assistência Social em Belo Horizonte baseiam-se nos parâmetros nacionais estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS/1993, Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004 e Norma Operacional Básica NOB / SUAS – 2005, Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Resolução nº 109 de 11 de novembro de 2009.

Atualmente, a Prefeitura de Belo Horizonte, a Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social – SMAAS, vinculada à Secretaria Municipal de Políticas Sociais – SMPS, é responsável pela gestão da Assistência Social e implementação do SUAS no município. Cabe ressaltar que o órgão

responsável pela Política recebeu outras nomenclaturas como Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Secretaria Municipal de Assistência Social, essas alterações corresponderam às reformas administrativas ocorridas na Prefeitura, sendo em 2000 e 2005, tendo por objetivos de tais reformas consistiram em descentralizar a estrutura administrativa do município, e que serão vistas ao longo deste trabalho.

A partir de 1993 com a regulamentação da Assistência Social, através da Constituição Federal/1988 e da LOAS, o município buscou se organizar em torno do que se estabelecia a Legislação, neste período a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SMDS era a responsável pelo conjunto de ações e serviços no âmbito da Assistência Social, e permaneceu como órgão gestor no período compreendido entre 1993 a 2000.

Em 2000 a prefeitura realizou uma reforma administrativa implementada em 2001, através da lei nº 8.146 de 29 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a estrutura organizacional da administração direta do poder executivo. De acordo com Mourão (2011) a referida reforma dispunha de quatro eixos fundamentais: descentralização político-administrativa, intersetorialidade, participação cidadã e investimento em sistemas de informação.



Organograma – Organização Administrativa PBH (2000)

Fonte: Mourão (2011).

O novo arranjo institucional constituiu também uma tentativa de descentralização dos serviços da assistência com a criação de nove Secretarias Municipais de Coordenação de Gestão Regional, vinculadas à Secretaria Municipal de Coordenação de Política Social – SCOMPS. Conforme demonstra o organograma acima. Essa organização se fez necessário devido às diversas dificuldades enfrentadas pelas Secretarias Temáticas³ como as apontadas por Mourão (2011): fragmentação das políticas sociais; Sobreposição de ações; Desperdício de recursos; dificuldade na identificação de problemas; não atendimento de carências da população residente nas áreas de risco, sendo que a SCOMPS tinha como objetivo eliminar esses problemas.

Diante das propostas de descentralização, intersectorialidade e participação cidadã e a reforma da PBH no ano de 2002 implanta o Programa BH Cidadania nas nove regionais administrativas, a saber: Barreiro, Centro Sul, Leste, Nordeste, Noroeste, Norte, Oeste, Pampulha, Venda Nova, nos territórios de maior índice de vulnerabilidade social. Tendo por objetivo de inaugurar um novo modelo de gestão das políticas sociais e integrar as das Secretarias Adjuntas de Assistência Social, Segurança Alimentar e Nutricional e Direitos de Cidadania; das secretarias de Esporte e Lazer, Educação e Saúde; da Fundação Municipal de Cultura e da Prodabel, atuando com foco na família e não no indivíduo (PBH, 2015). O principal objetivo do programa localizava-se na inclusão social a partir da estratégia de promoção da integração das diversas áreas temáticas com foco na intersectorialidade e descentralização para operar na identificação das demandas dos usuários (PBH, 2001, p. 25-26).

Nessa Perspectiva, teve início ainda em 2002 a criação dos Núcleos de Apoio à Família - NAF, sendo implantados nas áreas do Programa BH Cidadania, considerados como o primeiro equipamento da Política de

³ As Secretarias Temáticas eram identificadas como sendo as responsáveis pelas áreas de educação, saúde, assistência social, habitação, esporte, entre outras.

Assistência Social no Município e como um serviço de caráter preventivo e de abrangência local. Cabe ressaltar a observação de Simone Albuquerque sobre o NAF em Belo Horizonte a respeito de sua constituição de que:

(...) nasce de dois movimentos paralelos, a saber: o modelo de intersectorialidade (do BH Cidadania) – cujo desenho estava em curso – e o modelo de gestão da Assistência Social e sua afirmação como um setor. Neste sentido, a entrevistada considera que *‘a intersectorialidade requereu posicionamento da Assistência Social’* [enquanto setor]. (PBH , 2013, p. 22).

Conforme abordam alguns registros⁴ da PBH a partir de 2004 o município amplia a proteção social básica e com isso passa a desenvolver o Programa de Atenção Integral a Família – PAIF⁵, e assim fazendo a transição para CRAS.

Em 2005, Belo Horizonte realiza a segunda reforma administrativa e com isso cria a Secretaria Municipal de Políticas Sociais – SMPS, com a finalidade de articular a definição e a implementação de políticas sociais no município de forma integrada e intersetorial (Belo Horizonte, 2013). Dessa forma, a Assistência Social passa a se vincular à SMPS e torna-se Secretaria Adjunta, deixando de ser uma Secretaria de Administração Direta, ficando no plano de hierarquia em nível secundário, conforme aponta o quadro abaixo elaborado por Mourão (2011), na qual o autor correlaciona à reforma administrativa do ano de 2000 e o ano de 2005.

PBH: Arranjo Institucional das Políticas Social(2000/2005)

Secretaria Municipal da Coordenação de Política Social (2000) - 1º grau	Secretaria Municipal de Políticas Sociais (2005) 1º grau
Secretaria Municipal de Assistência Social - 2º grau hierárquico	Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social - 2º grau hierárquico
Secretaria Municipal de Abastecimento - 2º grau hierárquico	Secretaria Municipal Adjunta de Abastecimento - 2º grau hierárquico
Secretaria Municipal de Direitos de Cidadania - 2º grau hierárquico	Secretaria Municipal Adjunta de Direitos de Cidadania - 2º grau hierárquico
Secretaria Municipal de Esportes - 2º grau hierárquico	Secretaria Municipal Adjunta de Esportes - 2º grau hierárquico
Secretaria Municipal de Educação – 2º grau hierárquico	Secretaria Municipal de Educação – 1º grau hierárquico
Secretaria Municipal de Saúde - 2º grau hierárquico	Secretaria Municipal de Saúde – 1º grau hierárquico
Secretaria Municipal de Cultura – 2º grau hierárquico	Fundação Municipal de Cultura – vinculada ao Gabinete do Prefeito

⁴ Belo Horizonte. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social.

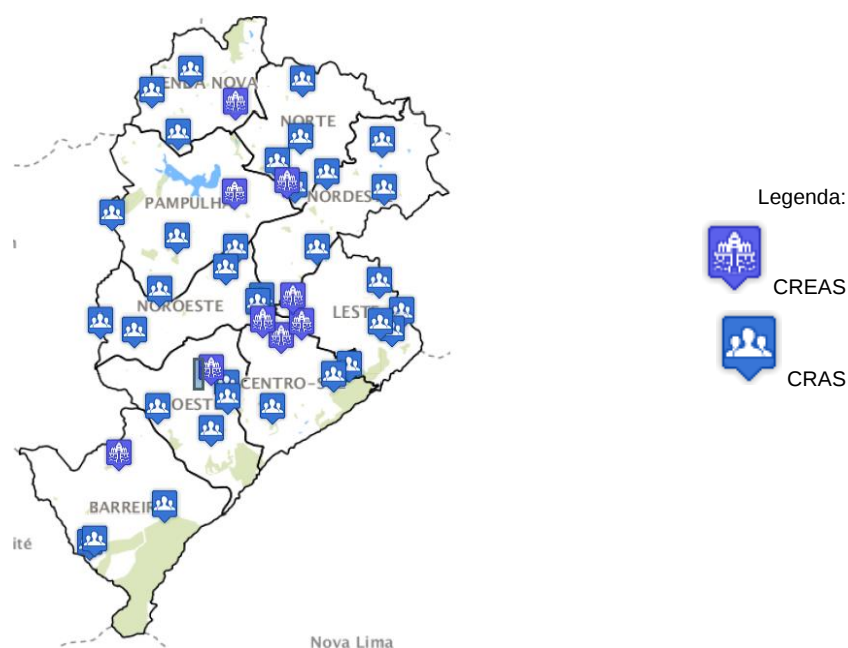
Belo Horizonte, 2007. Metodologia de Trabalho Social com Família na Assistência Social

⁵ A partir da alteração da LOAS em 2011 que o PAIF é reconhecido como Serviço.

Fonte: Mourão (2011).

Ainda em 2005 o Programa BH Cidadania passa a integrar a SMPS sobre o contexto da intersectorialidade, descentralização, territorialidade e participação cidadã, sendo considerado um dos mais importantes sob a gestão desta secretaria. Dessa forma, Implantado nas nove regionais da cidade, em áreas de grande vulnerabilidade social. Ressalta-se que os CRAS estão inseridos nos espaços do BH – Cidadania e o coordenador do Programa é ao mesmo tempo o coordenador do CRAS também. Belo Horizonte dispõe de 33 BH – Cidadania e com eles a estrutura dos equipamentos CRAS, mapa que segue abaixo demonstra a distribuição destes equipamentos⁶ no município:

PBH: Equipamentos da Assistência Social – CRAS e CREAS



⁶ Atualmente as áreas implantadas com o Programa BH – Cidadania: **Regional Barreiro:** Vila Independência, Vila Petrópolis, Vila Cemig; **Regional Centro Sul:** Vila Santa Rita, Vila Fátima, Vila Marçola; **Regional Leste:** Alto Vera Cruz, João Amazonas – Mariano de Abreu, Taquaril, Granja de Freitas; **Regional Nordeste:** União, Vila Paulo VI, Vila Maria, Vila Senhor dos Passos; **Regional Noroeste:** Vila Coqueiral, Vila Pedreira Prado Lopes, Vila São José, Califórnia; **Regional Norte:** Vila Biquinhas, Conj. Jardim Felicidade, Providência Ziláh Spósito, Brasilina/M^a de Oliveria, **Regional Oeste:** Graça Sabóia /Morro das Pedras, Havai/Ventosa, Vista Alegre I, Vila Antena; **Regional Pampulha:** Vila Santa Rosa, Confisco, Vila Novo Ouro Preto; **Regional Venda Nova:** Jardim Leblon, Lagoa, Mantiqueira.

Fonte: PBH, 2016.

A Lei nº 10.836, de 29 de julho de 2015 institui o Sistema Único de Assistência Social de Belo Horizonte – SUAS – BH, conforme artigo 9º aponta que as bases organizacionais do SUAS são: matricialidade sociofamiliar, descentralização administrativa, territorialização e controle social. Atualmente, o município está habilitado como gestão plena do SUAS. Segue abaixo imagem de como tem se estruturado a organização do SUAS em Belo Horizonte.

Organização do SUAS - BH



Fonte: PBH, 2016.

Organizadas em níveis de proteção social a Política de Assistência Social, no município de Belo Horizonte os serviços estão dispostos da seguinte forma: na proteção social de alta complexidade é realizado tanto nos equipamentos próprios ou nas entidades conveniadas, que são os abrigos, repúblicas, albergues e centros de passagem.

Na proteção social de média complexidade são executados no Centro e Referência Especializado da Assistência Social - CREAS, sendo que nesse espaço é desenvolvido e prestado o **Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, Serviço de Abordagem Social nas Ruas e Serviço de Medidas socioeducativas; Centro de Referência da População - CENTROPOP, situados na Regional Leste e Centro Sul;**

Os Serviços da Proteção Social Básica são executados pelos Centro de Referência da Assistência Social - CRAS nos espaços do Programa BH Cidadania nas nove Regionais; o Serviço de Proteção Social à pessoa com deficiência – SPSPD, que atende pessoas com deficiência e suas famílias fora das áreas de abrangência dos CRAS na perspectiva de promover a inclusão social destes cidadãos e possibilitar o fortalecimento de vínculos familiares por meio do acompanhamento sociofamiliar no domicílio e da articulação com a rede de atendimento a esses usuário; Plantão Social de Atendimento ao Migrante atende público migrante e itinerante, em situação de vulnerabilidade e/ou risco pessoal ou social, que estejam em trânsito e não possuam referência domiciliar e familiar em Belo Horizonte; nas Equipes de Proteção Social Básica Regional, responsáveis pela Proteção Social Básica fora área CRAS e disponíveis nas nove regionais.

Consideramos importante apresentar como a assistência atualmente se organiza e estrutura os serviços, pois é a partir destes que podemos observar os avanços que alcançou a Política e os limites que são estabelecidos no cotidiano desta política no plano nacional e municipal.

Capítulo 2 – Trabalho Social com Famílias na Política de Assistência Social em Nível de Proteção Social Básica

Diante dos diversos avanços que a Política de Assistência Social, alcançou nas últimas demandas ao que trata de seu marco regulatório, conforme abordado no capítulo anterior, esses trazem em cena a centralidade da família para o campo da proteção social.

A incorporação da família nas políticas sociais não é algo recente, historicamente destacou-se pelo seu papel de provisão de bem-estar social, no entanto é a partir das últimas décadas que se observa a retomada da importância da família na sua função de proteção e cuidados, e ainda como possibilidade de estratégia de intervenção. Entretanto essa inserção no campo das políticas sociais dá-se também pelo próprio movimento de transformações e configuração do novo padrão de proteção social brasileiro.

A configuração desse novo sistema de proteção social nos anos de 1990 é tensionado por disputas entre distintos projetos políticos e societários e refletem no modo como as famílias são percebidas na política social. Miotto (2010) destaca que atualmente existem duas grandes tendências em disputa nesse campo denominadas como de proposta familista e de proposta protetiva.

A primeira, **familista**, a política pública apresenta-se de forma compensatória e temporária, intervindo apenas quando as famílias não conseguem assumir a responsabilidade pelos seus membros. Essa mesma proposta encontra-se permeada pelo discurso de que a satisfação dos indivíduos é através da família e do mercado, implicando assim na menor intervenção do Estado na provisão de garantias de direitos, ou seja:

Essa concepção foi delineada no âmago do desenvolvimento capitalista e do liberalismo econômico – século XVIII e XIX – quando, com a separação entre casa e empresa, se conformou uma nova forma de família (família nuclear burguesa). Nesse momento, foi delegado a ela a responsabilidade pela reprodução social e junto se jogou também para dentro delas os problemas e os conflitos gerados na esfera da produção. Afinal, a insuficiência de recursos para a provisão de bem-estar advindas, por exemplo, do desemprego, passou a ser tratado como “caso”, ou, “problemas de família”. Essa é, portanto, a concepção que se revitaliza no bojo do ideário neo-liberal, com

a proposição do pluralismo de bem-estar social. Proposição que se realiza numa realidade onde se está cada vez mais distante da possibilidade da família contar com um manancial de recursos suficientes para responder às necessidades de seus membros e as expectativas que lhe são colocadas (MARTIN, 1995; MIOTO, 2004). Esta é uma questão crucial na análise da impossibilidade real dessa “revivência” da família como instância principal de proteção social (MIOTO, 2010, 170)

A segunda, **protetiva**, diferente da anterior assume um caráter de proteção e garantia de direitos como um viés para a consolidação da cidadania, equidade e justiça social (Mioto, 2010). A autora indica que nesta proposta as políticas públicas são pensadas:

no sentido de “socializar antecipadamente os custos enfrentados pela família, sem esperar que a sua capacidade se esgote”. Essa concepção tem uma consequência importante para o exercício profissional, pois há o deslocamento do eixo da busca das causas dos problemas e conflitos, numa análise predominantemente relacional, e se caminha para o fortalecimento das possibilidades de proteção das famílias. Esse processo compartilhado com as famílias desemboca na construção de sua autonomia enquanto sujeitos e portanto não são tratadas como objetos terapêuticos (MIOTO, 2010, 171).

Frente a essas configurações, pensar o trabalho social com famílias na configuração do atual contexto da Política de Assistência implica reconhecer essas dimensões que ora se apresentam, e compreender o lugar que lhe é atribuído no âmbito da proteção social. Estes são pontos importantes para reconhecer as tendências que elegem a família na centralidade deste trabalho.

A centralidade da família na Política de Assistência Social é reafirmada através da matricialidade sociofamiliar, que é um dos eixos estruturantes da política, nesta perspectiva a família é reconhecida como “núcleo social fundamental para a efetividade de todas as ações e serviços da política de assistência social” (Brasil, 2004, p.40).

No âmbito do SUAS pode-se dizer que o Trabalho Social com famílias configura-se na organização de ações e intervenções nos serviços socioassistenciais, além de representar a centralidade da família na Política e uma estratégia de reordamentos institucionais na tentativa de materializar a noção de matricialidade sociofamiliar, conforme definição prevista na Política.

Diante dos redirecionamentos e reordenamentos institucionais da política, que entram em cena o debate em torno Trabalho Social com Famílias, este se configura em um dos temas mais polêmicos e desafiantes para os profissionais da área.

Conforme Cronemberger (2016) as discussões que se dão em torno do Trabalho Social com Famílias está sustentado em dois aspectos, sendo: “de um lado, as exigências e diretrizes normativas, e de outro o desafio na construção de uma intervenção crítica para além de normativas preconcebidas” (Cronemberger, 2016, p.275).

Esses aspectos articulados à compreensão de que o TSF é parte de um processo de trabalho ajuda a entender que este deve ser visto a partir dos processos institucionais de organização, planejamento e gestão das ações nos serviços socioassistenciais.

Em Belo Horizonte a Prefeitura Municipal organizou em 2013 para garantir a cobertura da Proteção Social Básica em todo território do Município as Equipes de Proteção Social Básica Regional (EPSBR), que se constituiu a partir da transição do Serviço de Plantão Social e do Serviço Regional de Atenção Básica a Família – SRABF, extinguindo esses últimos. O Plantão Social realizava atendimento à demanda espontânea para concessão de benefícios eventuais e o Serviço Regional de Atenção Básica a Família – SRABF era responsável pelo acompanhamento de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Essas Equipes estão previstas na resolução N° 7 da Comissão Intergestores Tripartite de 10 de setembro de 2009 que concebe e pactua pela implantação nacional do Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda no âmbito do SUAS. Esse mesmo protocolo vai estabelecer procedimentos para a garantia da oferta prioritária dos serviços socioassistenciais para as famílias do Programa Bolsa família.

Neste sentido o Protocolo prevê a criação de Equipe Técnica da Proteção Social Básica, que serão responsáveis pela elaboração de estratégias para a implementação da Gestão integrada, ou seja, a articulação entre serviços, benefícios e transferência de renda no âmbito no SUAS, e que possuem caráter transitório e indutor até a universalização dos CRAS. A

Gestão integrada, conforme o Protocolo de Gestão dispõe de objetivos gerais, que são:

- a. Pactuar, entre os entes federados, os procedimentos que garantam a oferta prioritária de serviços socioassistenciais para os indivíduos e as famílias beneficiárias do PBF, do PETI e BPC;
- b. Construir possibilidades de atendimento intersetorial, qualificar o atendimento a indivíduos e famílias e potencializar estratégias para a inclusão social, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, o acesso à renda e a garantia de direitos socioassistenciais;
- c. Favorecer a superação de situações de vulnerabilidade e risco vividas pelos indivíduos e pelas famílias beneficiárias do PBF e do BPC, bem como pelas famílias beneficiárias do PETI, por meio da oferta de serviços socioassistenciais e encaminhamentos para a rede socioassistencial e das demais políticas públicas e, quando necessário, para órgãos do Sistema de Garantia de Direitos (SGD). (MDS, 2009, p. 9).

A gestão integrada através da perspectiva de articulação pode funcionar como um importante instrumento para as políticas sociais principalmente a partir das dimensões da intersectorialidade, territorialidade e a descentralização contribuindo para uma nova gestão e operacionalização da política.

A Equipe de Proteção Social Básica Regional, conforme se organizou o município de Belo horizonte, é responsável pela execução da Proteção Social Básica fora área CRAS. Este possui caráter precursor, estratégico e transitório até a universalização dos equipamentos de CRAS nas áreas de maior vulnerabilidade social. Tem por objetivo contribuir para o enfrentamento das situações de vulnerabilidade social, prevenindo riscos, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários, identificando e estimulando as potencialidades das famílias e dos territórios. Ele possui como principal público alvo as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em descumprimento de condicionalidades. Essas Equipes foram organizadas e planejadas a fim de manter a cobertura da Assistência Social nas 09 regionais do município.

Metodologicamente a atuação desta Equipe fundamenta-se pelos princípios da matricialidade sociofamiliar, territorialidade e de vigilância socioassistencial, conforme previsto pela Política de Assistência Social, e pelas diretrizes apontadas para o Serviço de Proteção e Atendimento Integral a

Família (PAIF) no que tange ao Trabalho Social com Famílias e no aprofundamento das seguranças sociais de Acolhida, Convívio Familiar e Comunitário e de Desenvolvimento da Autonomia com objetivo de potencializar a função protetiva das famílias, fortalecer os vínculos familiares e comunitários e de facilitar sua inserção na rede de proteção, com vistas à superação de situações de vulnerabilidades vivenciadas.

O Trabalho Social com Famílias no âmbito do SUAS requer a organização das atividades de forma contínua e estratégica que busca materializar a assistência social enquanto política pública na tentativa de distanciar-se de ações de perspectivas filantropia ou caritativa, pois sabe-se que o trabalho social é uma prática antiga no campo das políticas sociais, conforme aponta Mioto (2016).

Segundo a autora nos anos de 1940, 1950 e 1960 a filantropia e a tecnificação são as marcas presentes deste período, indica ainda que ações desenvolvidas predominavam de uma perspectiva de “normalização e disciplinamento, visando a construção de uma nova racionalidade necessária a expansão do capital” (Mioto, 2016, p. 220).

Enquanto no período de 1970 o Trabalho Social com famílias começava a ser desenvolvido na área da saúde mental influenciados pela Terapia Familiar Sistêmica, e conforme Mioto (2016):

Essa influência se faz dentro de um quadro interpretativo pautado na patologia calcada na falência da família e não por acaso, esse processo tem sido denominado como psicologização da questão social (Mioto, 2016, p. 221).

A partir dos anos de 1980 tendo por cenário as mudanças ocorridas neste período e que repercutiram nos desdobramentos da Constituição de 1988, considerado marco para o campo da cidadania e dos direitos sociais, esse processo favorece para novas concepções do Trabalho Social com Famílias. Para Mioto (2016) Trabalho Social com Famílias neste contexto é um momento importante não apenas pelas mudanças políticas da época, mas pela forma de pensar famílias (Mioto, 2016).

Nos documentos oficiais sobre o trabalho com famílias no âmbito da Proteção Social definiu-se como:

Conjunto de procedimentos efetuados a partir de pressupostos éticos, conhecimento teórico-metodológico e técnico-operativo, com a finalidade de contribuir para a convivência, reconhecimento de direitos e possibilidades de intervenção na vida social de um conjunto de pessoas, unidas por laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade – que se constitui em um espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, com o objetivo de proteger seus direitos (Brasil, 2012, p.12).

A dinâmica e organização do TSF podem ser compreendidos em dois momentos, que não são distintos mas se conjugam entre si: a concepção do TSF na Política de Assistência Social e as propostas metodológicas que vão ser direcionadas para esse trabalho e que se desdobram nos fundamentos teórico-metodológico e técnico-operativos.

Nesse primeiro momento, a concepção do TSF na política de assistência social parte da compreensão da realidade social sob o ponto de vista de sua totalidade, ou seja, a apreensão da política em suas múltiplas dimensões e determinações. Ao passo que permite compreender e revelar a natureza do Trabalho, da intervenção e no direcionamento da proteção social.

No segundo momento, trata-se das propostas metodológicas que envolvem e direcionam o TSF, bem como dos fundamentos teórico-metodológicos e técnico-operativos.

Nos documentos oficiais que tratam sobre TSF entende-se que, como prática profissional e para ser efetiva, depende de alguns fatores e deve ser apoiada em saber científico como: consciência crítica, conhecimento do território, adoção de abordagens e procedimentos metodológicos apropriados para o cumprimento dos objetivos dos serviços, estudo e análise permanente dos conceitos fundamentais de família e território, planejamento e análise das ações, desenvolvimento de uma prática interdisciplinar, promoção da participação dos usuários no planejamento e avaliação das ações do Serviço, conhecimento sobre os ciclos de vida. Entretanto alguns autores e estudiosos sobre o tema indicam que o Trabalho Social com Famílias deve estruturar-se em três processos:

1. **Os políticos organizativos**, que privilegiam e reconhecem a família como detentora de direitos, rompendo com o sistema

ideológico que a tem como responsável pela proteção social e reconhecendo as suas necessidades imediatas, de médio e a longo prazos;

2. **De planejamento e gestão**, que compreendem um conjunto de ações profissionais com foco no planejamento institucional, não para o atendimento das próprias necessidades institucionais, e sim para o atendimento das próprias necessidades das famílias, o que requisita práticas efetivas de intersetorialidade para aliviar a carga de responsabilização familiar por cuidados;
3. **Os socioassistenciais**, que correspondem às ações realizadas diretamente com as famílias, numa perspectiva de construção de autonomia, devendo ser entendida como possibilidades reais de engajamento ativo das famílias no contexto da participação política (Cronemberger, 2015: 279).

Diante desses três processos o TSF, no âmbito da Proteção Básica, tem por ações: acolhida, oficinas com famílias, ações comunitárias, ações particularizadas e encaminhamentos e que são planejadas e avaliadas com a participação das famílias. Essas ações buscam consolidar o TSF e alcançar os objetivos previstos na Proteção Básica.

A acolhida é uma das ações essenciais, pois trata-se do nício do vínculo entre a família e o serviço. É nesse momento que são estabelecidos relações de confiança entre o profissional e a família, como também de apresentação do SUAS e da oferta de informações sobre os objetivos e ações do serviço. A importância desta etapa consiste no processo em que o técnico pode avaliar a necessidade, diante das questões apresentadas pela família, a necessidade de iniciar um processo de acompanhamento familiar ou se o atendimento já responde às suas demandas. A acolhida pode acontecer tanto em ações particularizadas ou em grupos (Brasil , 2012).

As oficinas com famílias consiste em encontros organizados previamente com objetivos de curto prazo para serem atingidos em conjunto com as famílias. E tem por finalidade a discussão e reflexão sobre as situações vivenciadas e que dizem respeito à reprodução social da família, ao fortalecimento de sua função protetiva, ao acesso a direitos (Brasil , 2012).

As ações comunitárias possuem caráter coletivo e estão voltadas para a dinamização das relações no território. Eles têm por objetivo promover a comunicação comunitária, a mobilização social e o protagonismo da comunidade e o fortalecimento dos vínculos entre as diversas famílias do

território. Além de ter um papel importante na prevenção das situações de vulnerabilidade. E podem ser executados como palestras, campanhas e eventos comunitários (Brasil , 2012).

As ações particularizadas é o atendimento ofertado a família ou algum de seus membros através do profissional de nível superior, de modo individualizado, após a acolhida. Ressalta-se que são realizadas por indicação do técnico, podendo ser a ação particularizada no domicílio (visita domiciliar) ou ação particularizada no Serviço.

Os encaminhamentos pode ser considerado com uma das ações que dão materialidade ao que foi construído com o família. E tem por finalidade orientar e direcionar as famílias e os indivíduos para acesso a benefícios e serviços.

No desenvolvimento do TSF nas orientações técnicas do PAIF as famílias podem ser inseridas por processos distintos de etapas ou modalidades, sendo o atendimento e o acompanhamento.

A etapa atendimento refere-se a uma ação de prestação ou oferta de atenção, com vistas a uma resposta qualificada das demandas apresentadas pela família, a partir da compreensão de seus direitos socioassistenciais, promovendo seu acesso e uso da rede de serviços e bens sociais, por meio de encaminhamentos e articulações diversas, com vistas ao seu protagonismo, autonomia, vivências familiares e comunitárias.

O Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e define o acompanhamento familiar como:

“conjunto de intervenções desenvolvidas em serviços continuados, com objetivos estabelecidos, que possibilitam à família acesso a um espaço onde possa refletir sobre sua realidade, construir novos projetos de vida e transformar suas relações – sejam elas familiares ou comunitárias” (MDS, 2009, artigo 20).

O acompanhamento como um conjunto de intervenções desenvolvidas de forma continuada, requer o estabelecimento de compromissos entre as famílias e os técnicos, buscando ações para o enfrentamento de situações de vulnerabilidade social, prevenção de riscos e vulnerabilidades sociais e

violação de direitos, identificar e estimular as potencialidades das famílias, apoiar a família na sua função protetiva, promover o acesso das famílias a seus direitos civis, políticos e sociais, bem como contribuir para a capacidade de vocalização das demandas e necessidades para o projeto de vida de indivíduos e famílias. De acordo com o MDS (2012):

[...] o princípio fundamental que deve nortear o acompanhamento familiar é o reconhecimento de que as famílias são protagonistas de suas histórias, mas que sofrem os impactos da realidade socioeconômica e cultural nas quais estão inseridas, em especial as expressões da questão social que se manifestam no território (Brasil, 2012, p. 67).

O território, como um espaço dinâmico, histórico e estratégico para a organização e planejamento da gestão dos serviços socioassistenciais permite-se estabelecer estratégias para o estabelecimento de diferentes prioridades no campo das políticas públicas, por isso tem sua importância para o Trabalho Social com Famílias. Ou seja, os territórios são:

espaços de vida, de relações, de trocas, de construção e desconstrução de vínculos cotidianos, de disputas, contradições e conflitos, de expectativas e de sonhos, que revelam os significados atribuídos pelos diferentes sujeitos (BRASIL, 2008, p. 54).

De modo geral o Trabalho Social com Famílias que é desenvolvido no âmbito da Proteção Social básica leva em consideração as demandas que são apresentadas pelas famílias, para que então sejam analisadas conjuntamente pelo técnico e pela família as possibilidades e demandas para o acompanhamento. Este por sua vez deve ser considerado a família na sua capacidade protetiva, vulnerabilidades e potencialidades; e o território em suas especificidades e a existência de redes de apoio.

O acompanhamento familiar como etapa do Trabalho Social com Famílias é uma das modalidades que apresenta maior nível de complexidade para os profissionais no que cabe a materialização e alcance dos objetivos propostos tanto no plano de acompanhamento como os que são previstos na Política frente as demandas apresentadas pelas famílias.

Na Proteção Social Básica as atividades que compõe o acompanhamento familiar são acolhida, estudo social, elaboração do plano sociofamiliar e os encontros periodicos de monitoramento.

Neste processo é importante que se compreenda que é uma etapa que exige condições indispensaveis, principalmente por se tratar de ações continuas e estrategicas e que necessitará de organização do trabalho, para que as funções preventivas, proativas e protetivas sejam alcançadas.

A organização do acompanhamento familiar deve ter destaque para os aspectos do planejamento, do registro e sistematização das informações, além de considerar um ponto importante e indispensavel a gestão do território para o processo do acompanhamento. A gestão do território pressupõe o mapeamento do território e ações de articulação.

No próximo item será apresentado a pesquisa que foi realizada junto com a Equipe de Proteção Social Básica Regional – Centro Sul, a escolha desta Equipe deu-se pelas particularidades e diversidades do território. Desse modo entendemos que a escolha pode vir atender o objeto deste estudo.

2.2.1. Equipe de Proteção Social Básica Regional Organização e Dinâmica do trabalho

A Equipe de Proteção Social Básica Regional (EPSBR) como visto anteriormente é constituída a partir da extinção de dois serviços, sendo o Serviço de Plantão Social e do Serviço Regional de Atenção Básica a Família – SRABF e o Plantão Social em setembro do ano de 2013. O Protocolo de Gestão prevê a criação de equipes técnicas para atender territórios cuja abrangência não seja de área CRAS. É neste sentido que a Prefeitura de Belo Horizonte se organiza para garantir a cobertura da Política de Assistência em todo o território municipal.

As Equipes de Proteção Social Básica Regional estão organizadas nas nove Regionais do município. A metodologia que orienta o trabalho desta Equipe foi desenvolvida a partir das orientações técnicas do PAIF volume I e

Volume II durante o ano de 2012 pela Equipe da Gerência de Benefícios, a qual as EPSBR estão submetidas hierarquicamente.

O objetivo da EPSBR é contribuir para o enfrentamento das situações de vulnerabilidade social na prevenção dos riscos e identificação das potencialidades das famílias e dos territórios, e tem por público alvo: famílias beneficiárias do PBF que estão em descumprimento de condicionalidades, famílias com crianças e adolescentes beneficiários do PETI que estão em descumprimento de condicionalidades, famílias com pessoas com deficiência, famílias beneficiárias de Benefícios Eventuais, famílias em situação de vulnerabilidade social, famílias beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC). As formas de inserção dessas famílias acontecem por meio de Busca Ativa, demanda espontânea e encaminhamentos da rede de serviços sociais ou pelo Sistema de Garantia de Direitos (SGD).

Para a organização dos processos de trabalho tem-se o território, como eixo principal, considerando os princípios da Vigilância Socioassistencial estabelecido pela PNAS e o recorte territorial definido pela Gestão Compartilhada da PBH. Como estratégia para garantir as ações de caráter preventivo é estabelecido o referenciamento, que possibilita o fortalecimento do vínculo do técnico com a família, além de permitir maior aproximação com o território.

Neste sentido organiza-se por sub-equipes, dependendo do número de técnicos em cada Regional e do número de territórios referenciados na EPSBR e cada sub-equipe ficará responsável e como referência técnica em determinado território, conforme a divisão do território pactuado pela Gestão Compartilhada. Segue abaixo o quadro que orienta a organização do referenciamento, conforme previsto na Metodologia da EPSBR.

Quadro de organização das sub-equipes em relação ao número de territórios

Regional	Nº de Territórios	Nº de Técnicos	Nº de Sub Equipes
Barreiro	05	07	03
Centro Sul	05	09	03
Leste	04	07	04
Nordeste	05	07	03
Noroeste	04	06	03
Norte	04	06	03
Oeste	05	09	04

Pampulha	04	04	03
Venda Nova	04	08	04

Fonte: PBH, 2014

Percebe-se que a EPSBR tem o território como eixo de estruturação da dinâmica e organização do trabalho, tanto do nível de intervenção junto ao público alvo como a forma de organização do trabalho em equipe. A divisão em sub-equipes dá-se pelo fato dos territórios apresentarem complexidades e demandas diferentes para um mesmo serviço, e com isso exige com que alguns técnicos fiquem como referência em determinados territórios para fins de garantir o conhecimento deste.

Para o desenvolvimento das ações as Equipes organizam a rotina de trabalho a partir de uma escala de trabalho, a partir dos eixos operacionais: Busca Ativa das famílias, atendimento à demanda espontânea, atividades do Trabalho Social com Famílias e atividades Internas. Segue abaixo a organização da escala nas EPSBR:

Escala de Trabalho

DIAS	Turno	Equipe 1	Equipe 2	Equipe 3	Equipe 4
2a Feira	M	Demanda Espontânea	Atividades internas	Atividades TSF	Atividades TSF
	T	Atividades TSF	Demanda Espontânea	Busca Ativa	Atividades internas
3a Feira	M	Atividades internas	Atividades TSF	Demanda espontânea	Atividades TSF
	T	Atividades TSF	Atividades internas	Atividades internas	Demanda espontânea
4a Feira	M	Atividades internas	Demanda espontânea	Atividades TSF	Atividades TSF
	T	Busca Ativa	Atividades TSF	Demanda espontânea	Atividades internas
5a Feira	M	Atividades TSF	Busca Ativa	Atividades internas	Demanda espontânea
	T	Demanda espontânea	Atividades internas	Atividades TSF	Atividades TSF
6a Feira	M	Atividades internas	Atividades TSF	Demanda espontânea	Busca Ativa
	T	Atividades TSF	Demanda espontânea	Atividades internas	Atividades internas

A finalidade da escala foi pensada no sentido de favorecer a organização do trabalho e possibilitar a implantação das Equipes garantindo o desenvolvimento de todas as ações propostas para o Trabalho Social com Famílias e a sua eficácia das ações realizadas com e para as famílias

Ressalta-se que a escala foi elaborada levando em consideração o número de técnicos e à disponibilidade de transporte existente na Regional para a realização da Busca Ativa.

Um dos pontos que são essenciais para a execução do Trabalho Social com Famílias e considerado indispensável é a sistematização das informações e as formas de registros. As formas de Registros utilizadas pelas Equipes são o Sistema de Informação de Gestão das Políticas Sociais - **SIGPS/** PBH, para o cadastramento e inserção da família nos Serviços do SUAS; e o Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família - **SIGPBF /MDS** é uma ferramenta de apoio à gestão intersetorial que integra as informações do acompanhamento de condicionalidades nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social.

Além da execução do trabalho social com famílias a EPSBR também oferta os benefícios tais como: **carteira de identidade**, gratuidade para emissão de 2ª via do documento pelo instituto de identificação de MG; **fotografia 3x4** para regularização de documentos; **casamento civil**, isenção de taxas cobradas pelos cartórios para o casamento civil pelos cartórios de Belo Horizonte; **cadastro de pessoa física** gratuidade da taxa referente a regularização; **passagem intermunicipal e interestadual**, fornecimento de passagem rodoviária intermunicipal e interestadual por meio de transporte rodoviário ou ferroviário para os casos de retorno à cidade de origem, trabalho confirmada em outro município e risco social ou pessoal ou por solicitação feita por órgãos de defesa de direitos; **auxílio pós-gestação múltipla**, liberação de ½ (meio) salário mínimo por criança, durante um ano, por ocasião de gestação múltipla, com nascimento de 3 ou mais filhos. **Carteira do Idoso** para que o idoso tenha acesso gratuito ou desconto de, no mínimo, 50% no valor das passagens interestaduais. A carteira deve ser gerada apenas para as pessoas acima de 60 anos, que não tenham como comprovar renda individual de até

dois salários mínimos, sendo necessário ser inscrito no Cadastro Único para Políticas Sociais do Governo Federal – CADÚNICO;

2.2 - Acompanhamento familiar e Trabalho Social com Famílias – Um estudo empírico da Equipe de Proteção Social Básica Regional Centro Sul

A escolha pela Regional Centro Sul para realização da pesquisa a respeito do acompanhamento familiar deu-se a partir da experiência enquanto técnica desta equipe, como também pelas particularidades e diversidades do território e do público atendido. A Equipe de Proteção Social Básica Regional – Centro Sul constituída a partir de setembro de 2013 com oito assistentes sociais e um psicólogo e atualmente a equipe é composta por seis assistentes sociais.

Como dito, esta pesquisa direciona-se a estudar o Trabalho Social com Famílias que é desenvolvido na Proteção Social Básica e tomou por ponto de partida o conceito que é apresentado nas diretrizes nacionais de orientação técnica do Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome (MDS), tanto o que está previsto na legislação e nos documentos oficiais. Especialmente, em torno da etapa acompanhamento familiar buscando traçar os principais desafios encontrados na execução desta etapa.

Metodologia de pesquisa

Para a realização dessa pesquisa foi utilizada a abordagem qualitativa e como instrumento técnico a entrevista em profundidade, que teve por base um roteiro semiestruturado, esse, por sua vez, teve por função auxiliar no direcionamento e condução das entrevistas para fins de uma melhor análise ao tema tratado.

Foram realizadas entrevistas com os técnicos da EPSBR – Centro Sul organizados em três blocos de intervenção, sendo que o primeiro momento buscou-se conhecer mais os técnicos inseridos nesta equipe; o segundo a

dinâmica e organização da equipe; e por último desenvolvimento do Trabalho Social com Famílias. Além do mais foram utilizados dados e informações do SIGPS.

A abordagem utilizada na pesquisa permitiu a aproximação com o tema estudado, e a revelar os fenômenos que são complexos para o desenvolvimento e execução do acompanhamento familiar no âmbito da Proteção Social Básica.

Neste sentido, no processo das entrevistas e a partir da análise dos dados, foram identificados alguns pontos de embates que implicam na execução do acompanhamento familiar como as questões que envolvem a metodologia, o território, o orçamento e financiamento e conflitos internos. Para fins de melhor exposição optou-se em apresentar em itens separados os aspectos indicados anteriormente. Pois entendemos que a materialização do Trabalho Social com Famílias depende de alguns fatores para se materializar como por exemplo a organização e gestão do território e a articulação de rede.

Equipe de Proteção Social Básica Regional – Centro Sul e a questão da interdisciplinaridade

A equipe é composta apenas por oito assistentes sociais, os mesmos possuem formação em diferentes instituições de ensino e experiências em outras áreas de atuação, além da Política de Assistência Social, como: Política de Saúde, Empresa Privada, Conselho Tutelar, Centro de Atendimento ao Adolescente – CEAD.

Em relação à equipe ser constituída apenas por assistentes sociais, nas entrevistas os técnicos apontam e observam a importância do trabalho interdisciplinar e que o mesmo pode agregar valor ao desenvolvimento do Trabalho Social com Famílias, no entanto chamam a atenção para alguns pontos, como:

Eu acho que a troca de experiências é muito válida, desde que o profissional ele tenha esse entendimento de que um saber não se sobreponha a outro, e que os dois têm que trabalhar junto porque eu acho que a soma do conhecimento dos dois tem muito a favorecer o serviço, não só os dois mas de outras formações que compõem o SUAS... Mas acho super valido a

interdisciplinaridade mas desde que ela seja bem coordenada, e uma boa coordenação disso tudo, para um não se chocar com o outro, que tenho, um entendimento, uma discussão e que isso venha a fluir, e isso vira um lugar de embate onde um queira que o saber sobreponha o saber do outro (Entrevista 2).

Ao passo que entendemos que pensar em interdisciplinaridade, tomando, por exemplo, a saúde mental por referência, supõe pensar as dimensões do verdadeiro sentido da interdisciplinaridade. De acordo com Vasconcelos (2002) as práticas interdisciplinares:

são entendidas aqui como promovendo mudanças estruturais, gerando reciprocidade, enriquecimento mútuo, com uma tendência à horizontalização das relações de poder entre os campos implicados. Exigem a identificação de uma problemática das relações de poder entre os campos implicados. Exigem a identificação de uma problemática comum, com levantamento de uma axiomática teórica e/ou política básica e de uma plataforma de trabalho conjunto, colocando em comum os princípios e conceitos fundamentais de cada campo original, em um esforço conjunto de decodificação em linguagem mais acessível dos próprios campos originais e de tradução de sua significação para o senso comum, identificando as diferentes e eventuais convergências entre esses conceitos e permitindo uma comparação contextualizada (Vasconcelos, 2007, p. 114-5).

O que aparece nas entrevistas são questionamentos dos técnicos quanto à gestão dessas práticas e a mediação dos saberes, pois se sabe que são práticas que precisam de constantes negociações e necessita serem estimuladas, ou seja, é importante que se tenha claro a responsabilidade, função e o papel do gerenciamento das equipes e dessas questões. Sendo fundamental também a construção de “uma estrutura democrática, sem privilégios corporativos, com mecanismos de discussão e decisão horizontais” (Vasconcelos, 2002, p. 145).

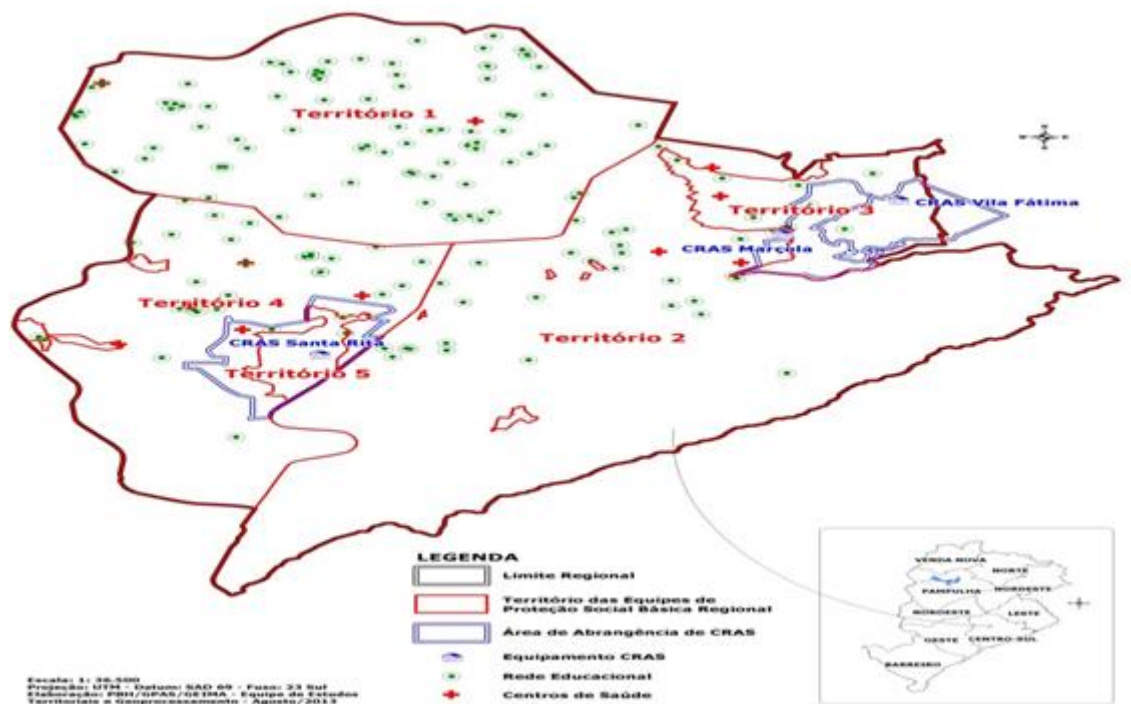
Território e estrutura de organização do trabalho

O território é à base de organização dos serviços socioassistenciais, é também a partir dele que são pensados e planejados as ações e intervenções,

podendo também ser considerado como uma perspectiva de coletivização e politização das demandas.

Na equipe tem-se a divisão em três subequipes cada uma com dois técnicos, que são referências para determinado território, conforme previsto na Gestão Compartilhada e pela análise da incidência do público prioritário (beneficiários dos programas de transferência de renda) a organização propostas das subequipes de EPSB/R – Centro-sul: **Equipe 1:** Territórios de Gestão Compartilhada 1 e 4; **Equipe 2:** Territórios de Gestão Compartilhada 2 e 5; **Equipe 3:** Territórios de Gestão Compartilhada 3. Conforme mapa abaixo:

Mapa dos territórios das Equipes de Proteção Básica Regional Centro – Sul, com as áreas de abrangência dos CRAS e localização da rede Educacional e Centros de Saúde



Fonte: PBH, 2013

A EPSBR tem a organização e dinâmica construída a partir do território, utilizando inclusive uma escala de trabalho e com técnicos referenciados em determinado território, conforme tabela abaixo:

Escala de trabalho das subequipes da EPSBR – Centro Sul

DIAS	Turno	Equipe 1	Equipe 2	Equipe 3
------	-------	----------	----------	----------

2a Feira	M	Atividades internas	Demanda espontânea	Atividades TSF
	T	Busca Ativa	Demanda espontânea	Atividades internas
3a Feira	M	Atividades TSF	Atividades TSF	Demanda espontânea
	T	Atividades internas	Busca Ativa	Demanda espontânea
4a Feira	M	Demanda espontânea	Atividades internas	Atividades TSF
	T	Demanda espontânea	Atividades TSF	Busca Ativa
5a Feira	M	Atividades TSF	Demanda espontânea	Atividades internas
	T	Atividades internas	Atividades internas	Demanda espontânea
6a Feira	M	Reunião	Reunião	Reunião
	T	Demanda espontânea	Atividades TSF	Atividades internas

Fonte: PBH, 2014

Essa escala de trabalho é proposta pela metodologia, na qual não há previsão de espaços para reuniões de equipe, como também a responsabilidade, função e o papel de coordenação dessas equipes, que estão vinculadas à Gerência de Atendimento Social – GERASOC, que por sua vez tem outros serviços também vínculos a este como o Núcleo da Junta Militar Plantão Social do Migrante. Entretanto a EPSBR e a GERASOC estão hierarquicamente vinculados à Gerência de Benefícios.

No entanto, apesar de não estar previsto na metodologia espaços de construção coletiva entre os técnicos, esses momentos acontecem na reunião ampliada, que são encontros com os técnicos das nove regionais do município e com a Equipe de Acompanhamento Técnico Metodológico; e nas reuniões de monitoramento que acontecem na regional coordenado pela Equipe de Acompanhamento técnico metodológico, ambos com previsão de ser mensal. Na Regional Centro Sul a equipe organiza-se para fazer a reunião toda sexta-feira na parte da manhã junto com a GERASOC.

Espaços como esses são importantes, pois tendem a fortalecer e dinamizar as demandas que são coletivas da equipe, diluir conflitos internos, e construir alternativas e estratégias de intervenção para o desenvolvimento do Trabalho Social com Famílias.

A metodologia de Trabalho da EPSBR

A metodologia que orienta a EPBSR foi elaborada no ano de 2013 e não teve alterações posteriores desde então. Entretanto houve alguns movimentos no ano de 2015 e 2016 com a constituição de Grupos de Trabalho (GT – Metodologia) para discussão e avaliação da metodologia, mas que não avançaram, conforme relatos dos técnicos.

Refletir na metodologia do trabalho da EPSBR é ao mesmo tempo pensar sobre o papel estratégico que essa equipe possui como também as intenções que se espera com este trabalho. É preciso ter claro que uma metodologia não pode ser compreendida como um ato de prescrição de procedimentos e ações, mas é importante que seja uma metodologia que orienta e dialoga com a realidade social.

Nessa perspectiva, importa saber que as metodologias que envolvem concepções de transformação devem manter constante comunicação com a realidade, além de se ter claro as tensões e contradições que a permeiam. Ressalta-se aqui o pensamento de Gramsci (2006) a cerca da produção do saber:

O erro do intelectual consiste em acreditar que possa saber sem compreender, e principalmente, sem sentir e esta apaixonado (não só pelo saber em si, mas também pelo objeto do saber), isto é, em acreditar que o intelectual possa ser um intelectual (e não um pedante) sem sentir as paixões elementares do povo, compreendendo-as e, portanto, explicando-as dialeticamente com as leis da história, como uma concepção do mundo superior, científica e coerentemente elaborada com o 'saber'. Não se faz política-histórica sem esta paixão, isto é, sem esta conexão sentimental entre intelectuais e povo-nação (Gramsci, 2006, p.p. 222).

A metodologia que orienta o Trabalho da EPSBR ela tem por base os pressupostos teóricos e as diretrizes do MDS que embasam os Serviços de Proteção Social Básica, especialmente os CRAS. Entretanto, diante da experiência de trabalho na EPSBR e através desta pesquisa, observa-se as diversas fragilidades, principalmente pela ausência de espaços efetivos e

contínuos de avaliação desta metodologia e que levem em consideração as intenções a que se espera essa Equipe.

A relação dos técnicos com essa metodologia

Essa fragilidade da metodologia traz consequências para o cotidiano de trabalho dessas Equipes como a dificuldade de organização da intervenção, e por ser um documento muito rígido a articulação com a realidade e a produção do conhecimento não são priorizados como deveriam ser. E ainda repercutem para uma falta de clareza da identidade da EPSBR.

Para os técnicos a não clareza da identidade da EPSBR fragiliza o trabalho como também a questão dos “atravessamentos políticos”⁷, já apontados anteriormente, o não respeito ao planejamento que foi construído e proposto pela própria equipe, o fato de não possuir recurso próprio, e a fragilidade da metodologia. Na entrevista é indicado pelo técnico como um “recorte da metodologia do PAIF”:

[...] e eu não sei se é uma metodologia que contempla as necessidades da equipe de proteção social básica, uma vez que ela não foi pensada para a equipe básica ela foi recortada das experiências dos CRAS (Entrevista 4).

Entretanto o mesmo propõe que:

[...] eu acho que já tem três anos que essa equipe de proteção básica esta em execução em Belo Horizonte, e apesar de ser uma equipe provisória da política, eu acho que já existe uma experiência própria dessa equipe que já possa contribuir para uma metodologia própria dessa equipe que considera as particularidades desse trabalho, as demandas que chegam até essa equipe. E não só um recorte e uma proposta que acontece no CRAS, porque essa proposta acontece muito bem lá na comunidade. Agora como pensar essa política que atende as áreas não cobertas pelos CRAS não estando na comunidade é outra coisa, e apresenta outros desafios, outros pontos de embaraços (Entrevista 4).

⁷ Atravessamentos políticos é a expressão utilizada no cotidiano da EPSBR e que representa ações que não respeitam e não dialogam com os pressupostos e diretrizes da Proteção Social Básica, as ações de autoritarismo da Gestão na tomada de decisões, que são tomadas de cima para baixo, e não envolvem os trabalhadores no debate, como também as mudanças repentinas nos processos de trabalho e a não continuidade de ações propostas.

Interessa aqui destacar as indicações de Carvalho (2014) quanto às metodologias de Trabalho Social, que de acordo com a autora são:

constructos pensados a partir de intencionalidades, conhecimentos e experiências. De fato, é a metodologia que costura e assegura a intencionalidade a efetividade social almejada e estabelece um ordenamento da ação, sustentado um quadro referencial constituído de aportes teóricos e da experiência acumulado (Carvalho, 2014, p. 170).

Verifica-se diante do que foi exposto pela autora a importância que se tem a metodologia para o Trabalho Social com Famílias na EPSBR, pois ela favorece o fortalecimento e dá sentido as ações que são executadas.

As ações da equipe

De acordo com a metodologia da EPSBR, o Trabalho Social com Famílias é pensado em etapas (Acolhida, Atendimento e Acompanhamento). No documento de orientação para o PAIF, a acolhida é pensada como uma ação, e não como uma das modalidades do Trabalho Social com Famílias, podendo acontecer em outros espaços como, por exemplo, na recepção.

Nas entrevistas a acolhida é considerada como um momento importante para o processo do Trabalho Social com Famílias para construção de vínculos de confiança entre o técnico e a família, e também para a escolha e decisão do técnico se é um caso para acompanhamento ou atendimento.

Conforme observado nos documentos e normativas oficiais a família é eleita como foco de intervenção, e o território como base de organização. Entretanto vários são os desafios que permeiam os eixos que estruturam a Política, em relação à família e território, e esses trazem impactos para o desenvolvimento e execução do Trabalho Social com famílias. A forma de inserção das famílias e indivíduos a esta equipe acontece a partir de demanda espontânea, na qual as famílias buscam atendimento seja para concessão de algum benefício ou por orientações e encaminhamento; busca ativa, principalmente, as famílias que se encontram em descumprimento de condicionalidade com os efeitos de

bloqueio e suspensão no benefício⁸; Encaminhamentos da rede de serviços sociais ou pelo Sistema de Garantia de Direitos (SGD).

A EPSB tem como público prioritário as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e com elas são desenvolvidas as ações do TSF, como também a concessão dos benefícios, caso haja necessidade e a família demande. No período compreendido entre 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2015, conforme os dados e registros do SIGPS, a EPSBR – CS desenvolveu as ações do TSF (acolhida, atendimento e acompanhamento), conforme tabela abaixo:

Registro de Ações no SIGPS

QUANTIDADE DE AÇÕES PARTICULARIZADAS EFETIVADAS POR ETAPA DO TSF			
PERÍODO	ACOLHIDA	ATENDIMENTO	ACOMPANHAMENTO
01/01 à 31/12/2015	519	1156	864

Fonte: Dados Produzidos na Pesquisa.

O quadro abaixo demonstra os benefícios que foram concedidos, conforme registros no SIGS do relatório consolidado de gestão da EPSBR do período compreendido entre 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016:

⁸ As condicionalidades previstas no Programa Bolsa Família são compreendidas como compromissos ou contrapartidas assumidas tanto pelo poder público na garantia da ampliação do acesso aos serviços públicos nas áreas da Educação, Saúde e Assistência Social; e pelas famílias nessas áreas correspondentes também, na educação: matrícula e frequência mínima de 85% das crianças ou adolescentes de 6 a 15 anos de idade e para os adolescentes de 16 e 17 anos a frequência escolar é de 75% crianças; na saúde: as crianças até 6 anos devem manter o cartão de imunização completo de acordo com calendário preconizado pelo Ministério da Saúde, e crianças até 6 anos, gestantes e lactantes devem comparecer regularmente à Unidade de Saúde para exames preventivos; na Assistência Social: o acompanhamento da frequência de crianças incluídas no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) aos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos. E quando essas condições são descumpridas a família sofre efeitos no benefício, que são: **Advertência:** a família é comunicada de que algum integrante deixou de cumprir condicionalidades, mas não deixa de receber o benefício. **Bloqueio:** o benefício fica bloqueado por um mês, mas pode ser sacado no mês seguinte junto com a nova parcela. **Suspensão:** o benefício fica suspenso por dois meses, e a família não poderá receber os valores referentes a esse período; **Cancelamento:** a família deixa de participar do PBF (MDS, 2012).

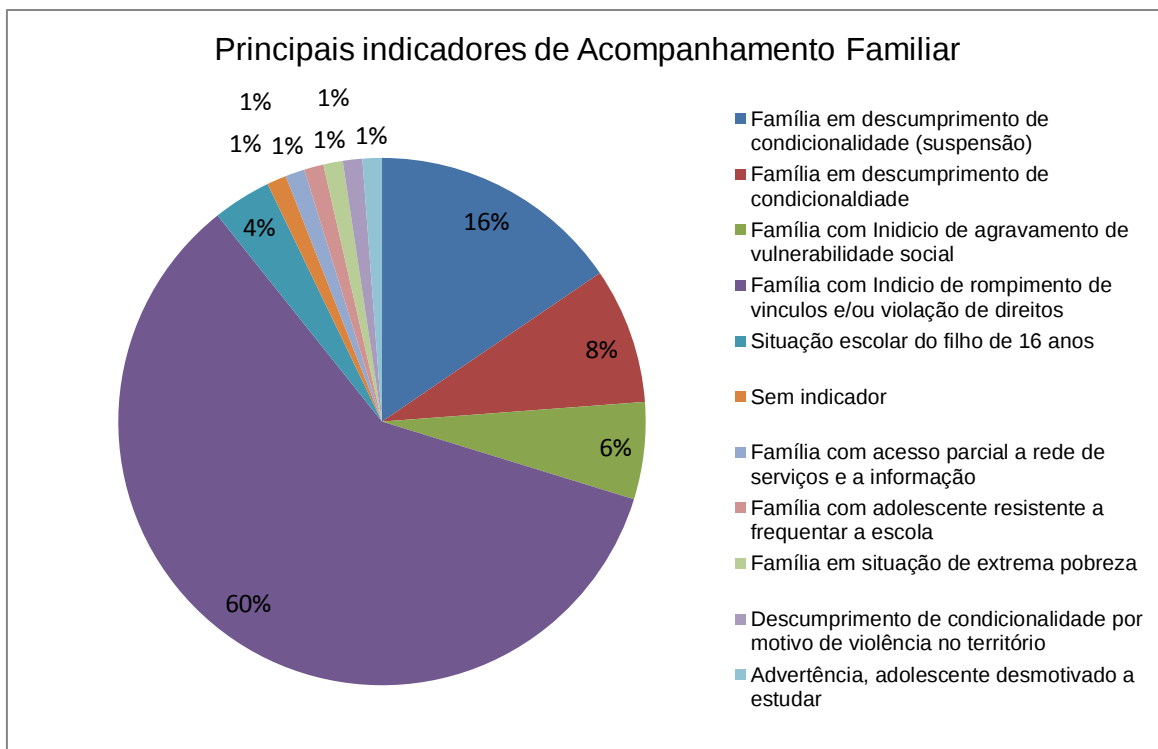
Relatório Consolidado de Gestão

BENEFÍCIOS	TOTAL
CADASTRO DE PESSOA FÍSICA (CPF)	23
CARTEIRA DE IDENTIDADE	534
CARTEIRINHA PARA IDOSOS	40
CASAMENTO CIVIL	01
CERTIDÃO DE CASAMENTO	13
CERTIDÃO DE NASCIMENTO	73
CERTIDÃO DE ÓBITO	02
CERTIDÃO NEGATIVA	00
CESTA BÁSICA AVULSA	445
DECLARAÇÃO PROVISÓRIA – CARTEIRINHA DO IDOSO	44
FOTOGRAFIA	500
LANCHE PARA VIAGEM	00
PASSAGEM INTERMUNICIPAL/INTERESTADUAL	19
AUXÍLIO SEPULTAMENTO	154
TOTAL	1848

Fonte: Dados Produzidos na Pesquisa

As ações de intervenção planejadas, de acordo com as demandas das famílias e com o objetivo do acompanhamento são: os atendimentos, visitas domiciliares, e a participação das famílias nas oficinas, sejam com ênfase na convivência ou com ênfase na reflexão, e os encaminhamentos.

O gráfico abaixo apresenta os principais indicadores do acompanhamento, conforme registro dos técnicos no SIGPS. Atualmente, a equipe possui 85 famílias em acompanhamento.



Fonte: Dados produzidos na pesquisa.

A equipe relata que existe a orientação de quando a família estiver em descumprimento de condicionalidade com a sanção suspensão deve-se colocar a família em acompanhamento, pois se subentende que essa já tem indícios de vulnerabilidades.

Esses indicadores constam no plano de acompanhamento da família e devem ser preenchidos quando a família for inserida nesta modalidade do TSF. De acordo com Jannuzzi (2005) os indicadores no âmbito das políticas públicas são:

medidas usadas para permitir a operacionalização de um conceito abstrato ou de uma demanda de interesse programático. Os indicadores apontam, indicam, aproximam, traduzem em termos operacionais as dimensões sociais de interesse definidas a partir de escolhas teóricas ou políticas realizadas anteriormente Jannuzzi (2005, p. 138).

Desta forma os indicadores servem para auxiliar e subsidiar na decisão do técnico quanto à decisão e escolha pelo acompanhamento, e que vai exigir organização e planejamento contínuos, através de elaboração de planos, registro e sistematização de informações.

O SIGPS é um sistema de informação que contempla dados e informações sobre a família (identificação, composição familiar, renda e outros), e registros de atendimentos que a família ou algum outro membro teve na Política de Assistência Social no Município. Como também o plano a ser preenchido, na entrevista o técnico indica e propõe alternativas para a elaboração deste plano:

[...] cada família tem suas particularidades, tem suas demandas, demandas específicas, e ele não pode ser um plano padrão. porque para ele ser construído com a família, eu acho que tinha que ser um instrumento mais livre e a família ter espaço para ela dizer o que ela quer, quais são as metas dela, quais são os projetos dessas famílias para daqui a 6 meses, para daqui a um ano. Onde ela quer chegar. Aí eu acho que dessa forma seria um plano com a família. Porque o que o SIGPS apresenta é um plano para a família e não um plano com a família (Entrevista 4).

Nas entrevistas foram pontuados que os indicadores presentes no SIGPS não contemplam a necessidade da família, e especialmente no que a EPSB tem a ofertar para essa família, e espaços para essa construção seja de fato coletiva, entre técnico e família, possibilidades e potencialidades das famílias, e que represente as intencionalidades e expectativas tanto dessa Política quanto das famílias. Além do mais, esse plano deve conter objetivos claros; a definição da metodologia; metas e prazos estabelecidos com a família; a previsão dos recursos que serão necessários para a execução. Pensando que esses processos devem ter objetivos claros e precisos para tenha as condições necessárias para o seu alcance.

Quanto aos resultados que são esperados com as famílias esses retratam a fragilidade da EPSBR, e por sua vez repercutem nos processos de execução do Trabalho Social com Famílias, especialmente, na etapa acompanhamento familiar que exige ações e intervenções contínuas.

Acho difícil falar em resultado, porque diante do que a gente faz e diante da necessidade da família, a gente não consegue grandes resultados a curto prazo, eu acho que esses resultados que a gente espera que aconteça desse acompanhamento (...) e eu acho que a gente hoje tem muito pouco para oferecer para essa família nesse serviço, diante da demanda que ela traz. E assim diante da pouca oferta que a

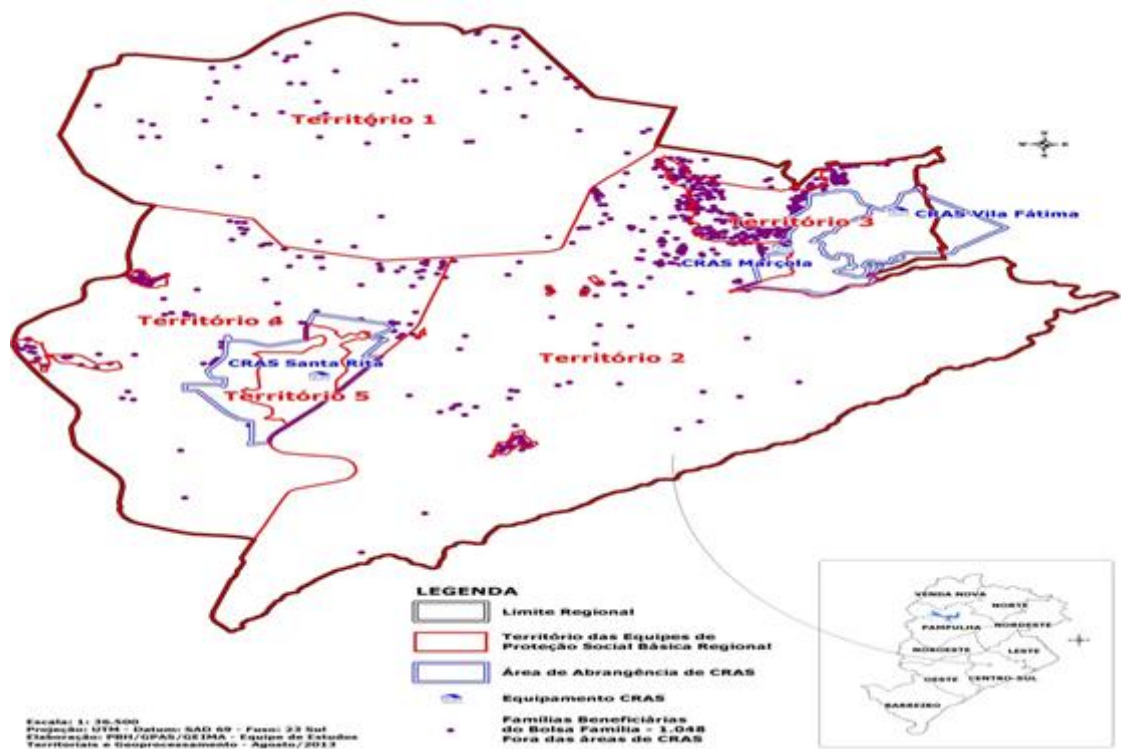
gente, e diante das mudanças que tem (diminuição de recursos, com pouca estrutura de trabalho). Acaba que o acompanhamento fica muito na linha da orientação, a gente fica muito no lugar da orientação da fala... por mais que a gente faça alguns encaminhamento nem todos são efetivados. Então, eu acho que nosso trabalho é necessário sim, mas fica muito nessa questão da orientação, porque hoje nosso serviço tem muito pouco para ofertar para se alcançar algum objetivo significativo, que a gente espera no acompanhamento. Mas a gente sabe, que diante que a gente tem para ofertar são pequenos os resultados e o que alcança é pouco ou quase nada (Entrevista 2).

Além de representar a fragilidade da EPSBR reflete também a pouca clareza com o do objeto da Política de Assistência Social e do que essa pode ofertar enquanto Proteção Social Básica.

Os técnicos nas entrevistas apontam que diversos são os desafios desta Equipe na condução do acompanhamento familiar como tamanho e a diversidade dos territórios, frente às diversas demandas que são apresentadas pelas famílias.

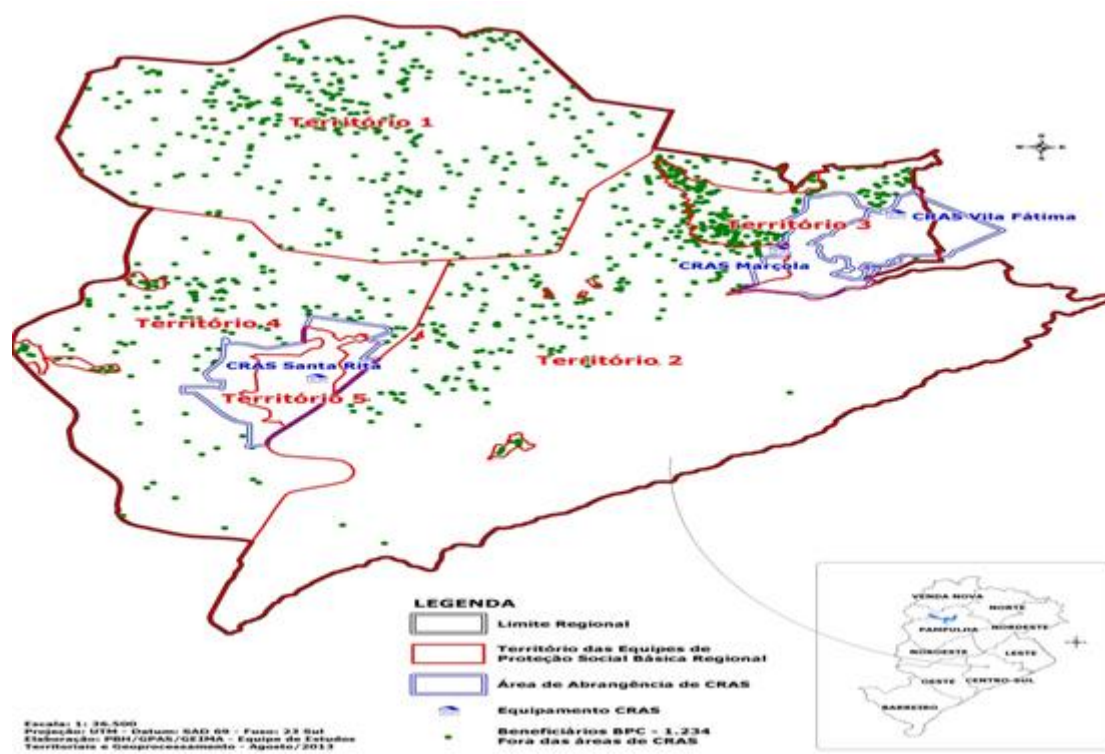
Nos mapas que seguem abaixo é possível observar a dimensão dos territórios que a EPSBR atende e as diferenças do perfil da população usuária. Como por exemplo, no território 1 tem mais incidência de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada, indicando assim que é uma população mais idosa e que vai demandar dessa equipe ações mais voltadas para questões do envelhecimento. Enquanto no território 3 a maior incidência é para o Programa do Bolsa Família.

Mapa dos Territórios das Equipes de Proteção Básica Regional Centro Sul, com concentração das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, fora área de CRAS



Fonte: PBH, 2013.

Mapa dos Territórios das Equipes de Proteção Básica Regional Centro Sul, com concentração dos beneficiários do BPC fora das áreas de CRAS



Fonte: PBH, 2013.

Nos territórios da EPSBR, conforme pesquisa realizada, a divisão desses foi estabelecida pela Gestão Compartilhada do SUAS que delimitou os territórios de abrangências dos CRAS, e os que estavam sem a cobertura desses equipamentos ficou para a EPSBR.

Ao que se refere à Gestão desse território, que são ações que envolvem o mapeamento do território e a articulação da rede socioassistencial e intersetorial, o que aparece nas entrevistas é que a realização desses fica a cargo do técnico e das subequipes. Um dos técnicos aponta sobre essa forma de organização e da não sistematização das informações sobre o território:

E isso é uma questão que é difícil, que é um dificultador, porque as informações ficam muito no técnico e se o técnico sai do serviço ou se precisar mudar de território fica difícil, a informação só ele que tem. E se ele muda, essa informação fica com ele, e o outro que entra no lugar tem essa dificuldade porque tem que ir lá e aprender tudo de novo. Hoje não tem uma forma de sistematizar essas informações desse território.

E quando falo que fica a cargo do técnico é tudo mesmo, principalmente essa articulação da rede e do território. Deveria ter uma intervenção, não só do técnico, mas deveria ter uma intervenção de alguém nesse sentido para auxiliar, porque é uma articulação tanto com instituições com serviços públicos, ONGs, com instituições privadas, e isso tudo tem que ser feito com o técnico. Fica o técnico a função de levar o serviço ao território o conhecimento do serviço, a gente que tem que fazer essa apresentação do serviço no território. Fazer com que o serviço seja conhecido no território e assim muita das vezes, para duas pessoas fica totalmente inviável. Fica inviável para gente ter esse alcance de levar o serviço no território fica difícil, porque duas pessoas no território fica inviável, fica difícil...(Entrevista 2).

A partir das entrevistas percebe-se que não existe por parte da gestão da EPSBR a priorização com a função de realizar a gestão do território, e isso repercute na organização e planejamento do Trabalho Social com Famílias, e especialmente de sua função estratégica até a universalização dos CRAS no município. Para a EPSBR a questão do território é muito polêmica por vários fatores como: por ser um território de grande amplitude e que configura em diversidades e particularidades que se diferem, não possibilitando que os técnicos possam mapear e construir diagnóstico desses territórios com mais propriedade. Cabe destacar que a responsabilidade da gestão do território é uma função não definida na metodologia, logo fica a cargo do técnico esse papel, como destacado pelo técnico na entrevista.

Percebe-se que para a execução e desenvolvimento do acompanhamento familiar existem condições que são indispensáveis para o mesmo como a garantia da organização e planejamento das ações para que elas aconteçam com a gestão do território através da realização de mapeamento e articulação da rede socioassistencial e intersetorial e o desenvolvimento e apropriação de diagnósticos sociais. Essas ações se tornam imprescindíveis por se tratar de um contexto que é complexo e dinâmico e que está em profunda transformação.

Os problemas apontados em relação ao acompanhamento familiar

Como pode ser observado, os relatos dos profissionais sobre o TSF aproximam-se do que está proposto nas Orientações Técnicas do PAIF e na Metodologia de Trabalho da EPSBR, entretanto em relação ao acompanhamento surgem diversas compreensões a cerca do mesmo, presente em todas as falas a ideia de que “cada técnico faz de um jeito” (sic). As compreensões sobre o acompanhamento aparecem nos seguintes relatos:

Atendimento mais sistemático com a família (entrevista 2).
O acompanhamento demanda mais atendimentos, são ações que são continuas (Entrevista 3).

Tem gente que entende o acompanhamento o processo de acompanhar um encaminhamento [...] vejo que o acompanhamento vai no sentido de refletir junto com a família na construção de novos planos e projetos (Entrevista 1).

Em outra entrevista o técnico relata as situações diversas que levam a escolha para a etapa do acompanhamento e chama atenção para a questão ética e do “querer da família” em aceitar participar deste procedimento e das reais realidades e necessidades vivenciadas por essas famílias, também devem ser consideradas para ser planejada e avaliada essa modalidade do TSF.

São duas situações o acompanhamento ele vem pela listagem de descumprimento do Programa Bolsa Família. E quando a sanção é suspensão a gente vai em busca ativa [...] que é uma necessidade do serviço em fazer o acompanhamento. E com outras famílias, quando a família vem em acolhida ou em atendimento pontual, e agente percebe uma demanda ou uma necessidade de acompanhamento que muitas vezes nem a família esta atenta a isso. Ai a gente fala que a gente vai acompanhar, faz uma visita, passa lá e fala que a gente tá passando pela comunidade e na verdade com foco de chegar aos poucos nessa família, mesmo porque essa família não nos pediu esse acompanhamento. Mas a gente tá vendo a possibilidade de ajudar essa família a superar uma questão (Entrevista 3).

O acompanhamento familiar é uma das etapas do TSF que vai exigir tanto do técnico como também por parte da gestão compreensão e clareza das intencionalidades deste trabalho que será desenvolvido com as famílias, como também o planejamento e organização das ações, que serão desenvolvidas com as famílias e que vise a garantia de direitos.

E para as famílias que se encontram em suspensão de condicionalidades a garantia da segurança de renda é um dos focos dessa etapa do TSF, conforme previsto no Protocolo de Gestão, e essas deverão ser priorizadas no acompanhamento familiar e não como uma obrigatoriedade a inserção nesta etapa, até mesmo deve-se levar em consideração a participação da família. Na EPSBR a orientação por parte da Gestão é a inserção direta dessas famílias no acompanhamento familiar, diante disso percebe-se a pouca apropriação e aproximação dessa gestão com o Protocolo de Gestão, que é um dos principais documentos norteadores para a EPSBR

Considerações preliminares

Ao iniciar este estudo algumas indagações foram feitas e inspiraram essa pesquisa na busca do conhecimento, pois entende-se aqui que a pesquisa é a arte de produzir conhecimento e se faz possível a partir da relação teoria e prática.

Ao se pensar questões como: -- quais os **efeitos** do Trabalho Social com Famílias produzidos **na família**? Quais os fatores que podem determinar menor ou maior **eficácia** do Trabalho Social com Famílias? Qual o **alcance** dos objetivos e das ações do acompanhamento familiar para o contexto familiar e comunitário? Como pensar o acompanhamento familiar diante da fragilidade da rede social? -- é necessário antes entender como esse trabalho se dá no campo e ouvir as partes envolvidas

Há anseios em responder de alguma forma as questões que surgem para os técnicos e que muitas vezes se desdobram em angústias e frustrações, por serem questões que são tão caras a realidade de atuação de um técnico, pois é este que está diretamente envolvido com as famílias e as suas múltiplas expressões da questão social que diariamente são apresentadas as EPSBR.

Entretanto, percebe-se que pensar em modalidades como acompanhamento familiar deve-se pensar também em estruturas institucionais capazes de responder a esses procedimentos, que vão além de processos técnicos, mas processos políticos que conjuguem ações como: gestão do território, articulação da rede sociassistencial e intersetorial, mapeamento do território, diagnóstico social, melhores condições e estruturas de trabalho, metodologias de trabalho condizentes com as ações. Ou seja, supõe pensar também que Trabalho Social, de acordo com Carvalho (2014), é buscar possibilidades de “fortalecimento da participação e na construção da confiança social pública sobre as intervenções de um Estado social, que assegure direitos” (Carvalho, 2014, p. 25).

Além do mais responder a essas questões exige-nos a capacidade de entender e compreender que o Trabalho Social é uma mediação entre a **realidade** na construção de alternativas concretas e o **Estado** através de Políticas Públicas que visem à ampliação de direitos sociais.

Nesta perspectiva analisar os efeitos, a eficácia e o alcance dos objetivos do Trabalho Social com Famílias requer a busca da essência das intenções do que se espera na realização desses. Neste estudo preliminar verificou-se alguns aspectos da estrutura institucional que ainda possui muitas questões na dimensão de sua identidade e algumas questões levantadas pelos técnicos a respeito do trabalho. Contudo, entende-se o Trabalho Social com Famílias no âmbito da Proteção Social Básica um desafio com uma nuance de possibilidades, mas que precisa ser desenvolvido nas suas dimensões política, técnica e de gestão para que possamos então avançar nas questões que nos iniciou este estudo.

Considerações Finais

O desenvolvimento do Trabalho Social com Famílias no âmbito da Proteção Social Básica ainda é um desafio para o campo da Política de Assistência Social, especialmente para as Equipes de Proteção Social Básica que atendem fora do território de área dos CRAS, diante de suas particularidades que foram apresentadas ao longo desta monografia.

A partir do Protocolo de Gestão que prevê a criação de Equipes técnicas a fim de garantir a cobertura da Política de Assistência nos territórios não abrangidos pelos CRAS torna-se estratégico para o âmbito das intervenções junto as famílias beneficiárias dos Programas de Transferência de renda a intervenção nesses territórios. No entanto, estas iniciativas ainda são insuficientes, se tomarmos por base a precarização da Política de Assistência e a pouca oferta de benefícios eventuais e de serviços.

Entendemos como sendo uma das funções primordiais da EPSBR a organização da rede pública, no sentido de que possibilite um novo olhar acerca do Trabalho Social com Famílias, transformando as concepções idealizadas que foram sendo construídas ao longo dos tempos de práticas conservadoras e de responsabilização da família pelos seus problemas em práticas que reconheçam a potencialização, o protagonismo e a autonomia das famílias.

Neste Trabalho de Conclusão de Curso buscamos contribuir de alguma forma para o debate acerca das questões que tem problematizado a temática do acompanhamento familiar como uma modalidade do Trabalho Social com Famílias.

A pesquisa que foi desenvolvida no capítulo II apontou alguns limites para a atuação dos profissionais, principalmente em relação à execução e alcance dos objetivos do acompanhamento familiar. Consideramos que a EPSB, apesar de serem dispositivos ainda com uma estrutura recente no município, necessitam serem mais bem estruturados e problematizados.

Destaca-se como um limite deste estudo, o fato da pesquisa ter se concentrado apenas nos profissionais, e não ter sido estendida, por exemplo, às famílias, a fim de saber o que essas consideram acerca desse modo de intervir. Entretanto, observa-se que os eixos estruturantes do SUAS família e território quando bem articulados com os objetivos da política e as expectativas das famílias as ação que vão ser desenvolvidas podem vir a possibilitar a construção de uma intervenção que contribua de fato para o protagonismo e a emancipação das famílias.

Este Trabalho de Conclusão de Curso debruçou-se em pesquisar a execução e o desenvolvimento do acompanhamento familiar e ao longo do estudo verificou-se a complexidade deste e percebe-se que o mesmo na atual conjuntura não deve ser tratado como um fenômeno isolado, mas compreendido em sua totalidade.

Buscamos contribuir para o debate em torno do Trabalho Social com Famílias na intenção de desvendar e problematizar alguns dos desafios que são postos para sua operacionalização. Dessa forma, apontamos para a necessidade de que o debate não se esgote e para isso indicamos alguns pontos que vemos que necessitam melhor ser aprofundados, tais como:

- ⇒ Importância do diagnóstico social e mapeamento do território;
- ⇒ Construção de indicadores que possam de certa forma revelar a eficácia e efetividade social dessa ação;
- ⇒ Continuidade do debate e ampliação de novas problematizações no universo do Trabalho Social com Famílias, com o intuito de que as discussões realizadas não se esgotem por ele mesmo;
- ⇒ Capacitação contínua para os profissionais envolvidos no sentido de ampliação do debate em torno das concepções do Trabalho Social com Famílias;
- ⇒ Metodologia de trabalho mais consistente e condizente a realidade desta Equipe.
- ⇒ Incentivo a constituição de espaços de produção do conhecimento, a partir da reflexão teórica a respeito do trabalho que é realizado.

Concluimos esse trabalho considerando que o acompanhamento familiar no âmbito da proteção social básica deve ser entendido não só como um

procedimento técnico, mas como processos políticos que exigem ações de conhecimento do território (gestão do território, mapeamento, diagnóstico do território), democratização e participação, sistematização de informações, articulação de redes, e que de certa forma refletem na eficácia do acompanhamento familiar.

Dessa forma, esperamos ter contribuído para novos debates sobre o tema acompanhamento familiar na proteção social básica, entendendo que todo trabalho é provisório e que não se esgota em si mesmo.

Referências Bibliográficas

BARDIN, L. Análise de conteúdo. 70. ed. Lisboa: Ltda, 1977.

BEHRING, Elaine Rossetti. Brasil em contra-reforma desestruturação do Estado e perda de direitos. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING & BOSCHETTI, Elaine Rossetti & Ivanete. Política Social fundamentos e história. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BRASIL. Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil: 1988. Acesso em:

_____. Orientações Técnicas sobre o PAIF. Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF. 1. ed. V. 2. Brasília: MDS, 2012.

_____. Presidência da República. Lei Orgânica da Assistência Social, Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, publicada no DOU de 8 de dezembro de 1993.

_____. Política Nacional de Assistência Social – PNAS, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, e publicada no Diário Oficial da União – DOU do dia 28 de outubro de 2004.

_____. NOB/SUAS. Norma operacional básica do Sistema Único de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Brasília, 2005.

_____. Resolução nº 109 de 11 de novembro de 2009 aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Brasília, 2009.

_____. NOB/SUAS. Norma operacional básica do Sistema Único de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Brasília, 2012.

_____. Decreto-Lei nº 525, de 1º de julho de 1938. Instituiu o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) e fixa as bases da organização do serviço social em todo o país. Brasília: Congresso Nacional, 1938. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=100867>>.

_____. Medida Provisória nº 813, de 1º de Janeiro de 1995. Dispõe sobre o Programa Comunidade Solidária.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil. O longo Caminho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. Gestão Social e trabalho social: desafios e percursos metodológicos. São Paulo: Cortez, 2014.

CRONEMBERGER, Izabel Herika Gomes Matias. Trabalho social com famílias na Política de Assistência Social: experiência dos CRAS CREAS em Teresina – PI. In: Teixeira, Solange Maria. Política de Assistência Social e temas correlatos. Campinas: Papel Social, 2016.

COUTO, Berenice Rojas. O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível? 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

DRAIBE, Sonia Miriam. BRASIL: O SISTEMA DE PROTECAO SOCIAL E SUAS TRANSFORMACOES RECENTES. Seminário Regional sobre Reformas de Política Pública Santiago, Chile, 3 - 5 de Agosto de 1992. CEPAL.

GRAMSCI, Antônio. Cadernos do Cárcere. V. 5, edição e tradução de Luiz Sérgio Henriques; co-edição, Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Vilela e CARVALHO, Raul de. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 22. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

JACCOUD, Luciana; HADJAB, Patricia Dario El-Moor; CHAIBUB, Juliana Rochet “Assistência social e segurança alimentar: entre novas Trajetórias, velhas agendas e recentes desafios (1988-2008)” In: Políticas Sociais: acompanhamento e análise. IPEA, 2009.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. Revista do Serviço Público Brasília 56 (2): 137-160 Abr/Jun 2005.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Implicações do SUAS e da Gestão Descentralizada na Atuação dos Conselhos de Assistência Social - Cartilha SUAS 2. Brasília, novembro de 2013.

_____. Protocolo de Gestão Integrada de Serviços benefícios e transferência de renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social. Brasília, 2009.

MIOTO, Regina Célia Tamoso. Trabalho social com famílias: entre as amarras do passado e os dilemas do presente. In: Teixeira, Solange Maria. Política de Assistência Social e temas correlatos. Campinas: Papel Social, 2016.

_____. Regina Célia Tamoso. Família. Trabalho com Famílias e Serviço Social. Palestra proferida na Universidade Estadual de Londrina (UEL). In: *Serviço Social em Revista*, Londrina, v. 12, nº 2, jan/jun 2010, p. 163-176.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2007.

MOTA, Ana Elizabete. Seguridade Social Brasileira: Desenvolvimento Histórico e Tendências Recentes. In: Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. São Paulo, Cortez: 2010.

_____. Seguridade social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação. Ivanete Boschetti. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. UNB, 2010.

MOURÃO, Marcelo Alves. A institucionalização da intersetorialidade na Produção das políticas sociais: A experiência da prefeitura de Belo Horizonte

(2000-2010). 2011. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. Decreto nº 11.986, de 11 de março de 2005.

_____. A Lei nº 10.836, de 29 de julho de 2015 institui o Sistema Único de Assistência Social de Belo Horizonte – SUAS – BH.

_____. **Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família** a tradução do direito à proteção social básica: uma contribuição de BH. Belo Horizonte: 2013.

_____. Diagnóstico da Situação da Criança, do Adolescente e do Jovem em Belo Horizonte Livro 11. Política De Atendimento à Criança e ao Adolescente: Assistência Social e Rede De Entidades Registradas no CMDCA. Belo Horizonte, 2013a.

_____. Metodologia do Trabalho Social com Famílias – Equipe de Proteção Social Básica Regional. Gerência de Benefícios: 2013.

_____. Revista da Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social – Embarcação. Ano 3, 01, 2016.

RAICHELIS, Raquel. Esfera pública e conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática. 5. ed. São Paulo, Cortez: 2008.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. Complexidade e pesquisa interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa 3. ed. – Petrópolis, RJ: vozes, 2002.

YAZBEK, Maria. Carmelita. Sistema de Proteção Social brasileiro: modelo, dilemas e desafios. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/eventos/assistencia-social/seminario-internacionalbpc/sobreevento/apresentacoes/arquivos/Maria%20Carmelita%20Yazbek%20-%20Protecao%20Social.pdf/download>>. Acesso em: 20 de outubro de 2015.

ANEXO

Roteiro de Entrevista Semi Estruturado

I – Formação Profissional

- Nome, formação profissional, tempo de experiência na assistência social e nos equipamentos da área na cidade de Belo Horizonte.

II – Trabalho realizado na Equipe de Proteção Social Básica Regional

- Qual a função de cada profissional na equipe, como é o relacionamento com a gerência, se existe contato entre as equipes regionais.
- Cotidiano do trabalho, relacionamento com as famílias, etapas do atendimento no âmbito do Trabalho Social com Famílias - TSF.
 - Pensando no atendimento do TSF, gostaria que você falasse um pouco a respeito da execução de cada uma das etapas (acolhida, atendimento e acompanhamento) pela equipe.
 - Como são as famílias que a equipe acompanha?

III. Trabalho Social com famílias

- Plano de intervenção em conjunto com a família, dados sobre o acompanhamento (número de famílias, frequência de atendimento e ações planejadas com as famílias)
- Resultados esperados, estratégias de encaminhamentos.
 - Como é elaborado o plano de intervenção em conjunto com a família?
 - Quantas famílias são acompanhadas?
 - Como são realizados os acompanhamentos? Quais os resultados esperados pela equipe durante o acompanhamento?
- Gestão do território
 - Como acontece a organização do território na equipe?
 - Existe alguém responsável por essa função em organizar e articular o território?

